

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	3

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	4
3.2 - Medições não contábeis	5
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	6
3.4 - Política de destinação dos resultados	7
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	8
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	9
3.7 - Nível de endividamento	10
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	11
3.9 - Outras informações relevantes	12

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	13
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	22
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	23
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	24
4.5 - Processos sigilosos relevantes	25
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	26
4.7 - Outras contingências relevantes	27
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	28

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	29
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	32
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	33
5.4 - Outras informações relevantes	34
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	35
6.3 - Breve histórico	36
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	37
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	39
6.7 - Outras informações relevantes	40
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	41
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	43
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	44
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	46
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	47
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	48
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	49
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	50
7.9 - Outras informações relevantes	51
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	52
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	53
8.3 - Operações de reestruturação	54
8.4 - Outras informações relevantes	55
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	56
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	58

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	59
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	60
9.2 - Outras informações relevantes	61
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	62
10.2 - Resultado operacional e financeiro	66
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	68
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	69
10.5 - Políticas contábeis críticas	70
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	76
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	77
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	78
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	79
10.10 - Plano de negócios	80
10.11 - Outros fatores com influência relevante	81
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	82
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	83
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	84
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	89
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	92
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	93
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	94
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	95
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	98
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	100

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	101
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	105
12.12 - Outras informações relevantes	106

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	107
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	109
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	112
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	116
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	119
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	120
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	129
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	130
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	132
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	134
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	135
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	136
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	137
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	138
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	139
13.16 - Outras informações relevantes	140

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	141
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	144
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	145

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	147
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	148
15.3 - Distribuição de capital	153
15.4 - Organograma dos acionistas	154
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	155
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	156
15.7 - Outras informações relevantes	157
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	158
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	159
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	162
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	163
17.2 - Aumentos do capital social	164
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	168
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	169
17.5 - Outras informações relevantes	170
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	171
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	172
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	173
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	174
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	175
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	176

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	177
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	178
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	179
18.10 - Outras informações relevantes	180
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	181
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	182
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	183
19.4 - Outras informações relevantes	184
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	185
20.2 - Outras informações relevantes	186
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	187
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	188
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	189
21.4 - Outras informações relevantes	190
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	191
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	192
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	193
22.4 - Outras informações relevantes	194

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Pedro de Andrade Faria

Cargo do responsável

Diretor Presidente/Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0002-00
Período de prestação de serviço	16/02/2009
Descrição do serviço contratado	Auditoria completa das demonstrações financeiras contábeis da Companhia e de suas controladas
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes relativa exercício social corrente será de R\$ 143,0 mil reais e refere-se somente a serviços de auditoria, uma vez que não foram prestados serviços de outra natureza.
Justificativa da substituição	Procedimento interno da empresa de auditoria
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Jubran Pereira Pinto Coelho	01/01/2011	881.663.096-53	R. Dr. Paes de Barros, 33, 19 andar, Itaim, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04530-904, Telefone (011) 21833000, Fax (011) 21833001, e-mail: jpcoelho@kpmg.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

Não houve ressalvas ou ênfases no parecer dos auditores independentes referente ao presente exercício, assim como nos pareceres de exercícios anteriores.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2011)	Exercício social (31/12/2010)	Exercício social (31/12/2009)
Patrimônio Líquido	51.108.000,00	17.990.000,00	10.213.000,00
Ativo Total	126.675.000,00	69.751.000,00	26.140.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	242.199.000,00	205.820.000,00	40.551.000,00
Resultado Bruto	256.690.000,00	165.961.000,00	22.896.000,00
Resultado Líquido	109.503.000,00	139.020.000,00	16.014.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	48.193.000.000	41.206.763	41.174.000
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	1,060400	0,436579	0,240000
Resultado Líquido por Ação	2,340000	3,370000	0,470000

3.2 - Medições não contábeis

Não são adotadas pela Companhia medições não contábeis para a avaliação de sua situação financeira.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não houve eventos subsequentes.

3.4 - Política de destinação dos resultados

Nos termos do estatuto social da Companhia, os acionistas, em cada exercício social, têm direito a um dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada a formação de reserva para contingências e reversão desta reserva formada em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II, da Lei das S.A. Inexiste qualquer restrição à distribuição de dividendos.

A Companhia pode, observadas as disposições legais e do seu estatuto social, por deliberação do Conselho de Administração, autorizar o levantamento de balanços semestrais ou com periodicidade inferior para fins de pagamento de dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio, observado o disposto na legislação aplicável.

Nos anos de 2009 e 2010, 100% do lucro líquido ajustado foi distribuído a título de dividendo aos acionistas.

Em 2011, destinou-se o resultado de R\$ 109.502.169,57 da seguinte forma: (a) R\$ 387.116,61 para a reserva legal da Companhia; (b) R\$ 6.085.274,26 para a reserva estatutária denominada reserva de investimento, nos termos do artigo 48, parágrafo 2º, “d”, do Estatuto Social da Companhia; (c) R\$ 103.029.778,70.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2011	Exercício social 31/12/2010	Exercício social 31/12/2009
Lucro líquido ajustado	103.029.778,70	138.985.000,00	15.214.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	94,420000	100,000000	100,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	201,590000	772,570000	150,830000
Dividendo distribuído total	103.029.778,70	138.985.000,00	15.214.000,00
Lucro líquido retido	0,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção			

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	8.450.414,37	19/03/2011	105.272.000,00	10/08/2010	6.839.000,00	29/03/2010
Ordinária	94.579.364,33	05/08/2011				
Ordinária			33.713.000,00	16/03/2011		
Ordinária					8.375.000,00	25/08/2009

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas nos últimos 3 exercícios sociais.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2011	75.376.000,00	Índice de Endividamento	1,47857000	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2011)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Quirografárias	75.376.000,00	191.000,00	0,00	0,00	75.567.000,00
Total	75.376.000,00	191.000,00	0,00	0,00	75.567.000,00
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

Em 31 de dezembro de 2011, a dívida da Companhia era composta por:

- (i) **contas a pagar**, referente a valores devidos a fornecedores no valor de R\$275.000,00 e R\$ 489.000,00 de arrendamento financeiro a pagar;
- (ii) **obrigações tributárias**, no valor de R\$64.349.000,00, as quais foram integralmente quitadas nesta data;
- (iii) **obrigações trabalhistas e despesa de pessoal**, no valor de R\$1.984.000,00, as quais já foram integralmente quitadas nesta data; e
- (iv) **dividendos**, no valor de R\$ 8.451.000,00, os quais foram pagos aos acionistas no dia 19 de março de 2011.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a) Fatores de Risco relacionados ao Emissor

I. A natureza dos negócios e atividades da Companhia traz riscos significativos ao investimento nas Ações

A Companhia (definição que inclui as suas subsidiárias, exceto se o contexto indicar diversamente) gere determinados fundos, veículos e carteiras de investimentos (“Fundos”). Os portfólios dos Fundos são compostos quase exclusivamente por ações de companhias abertas e fechadas, isto é, por ativos de renda variável, observando-se uma estratégia de significativa concentração. Se ocorrer uma queda no valor das ações de uma ou mais companhias que compõem os portfólios dos Fundos, os resultados dos Fundos, o montante de ativos sob gestão dos Fundos, os honorários auferidos pela Companhia relacionados com a administração e gestão de tais fundos e o preço das Ações serão adversa e significativamente impactados.

De maneira geral, os quotistas dos Fundos podem resgatar seus investimentos no curto e médio prazos. A decisão pode estar baseada na percepção individual dos investidores sobre o cenário macroeconômico atual ou futuro, as perspectivas de crescimento de economias emergentes de maneira geral, e do Brasil em particular, e sobre as condutas dos administradores e empregados da Companhia, dentre outros motivos que não estão sob controle da Companhia. Tal resgate diminuirá o montante de ativos sob gestão dos Fundos e, conseqüentemente, os honorários auferidos pela Companhia relacionados com a administração e gestão de tais fundos e o preço das Ações.

II. Os resultados positivos dos Fundos e Carteiras Administradas podem não resultar na valorização das Ações.

O resultado histórico das atividades da Companhia não é indicativo dos resultados futuros da Companhia ou de quaisquer retornos esperados do investimento nas Ações.

Os retornos apresentados pelos Fundos são relevantes somente como uma indicação das taxas auferidas historicamente com a gestão dos Fundos. Os resultados históricos e os potenciais resultados futuros dos Fundos podem não resultar na valorização das Ações.

Entretanto, um resultado desfavorável dos Fundos poderá causar uma diminuição substancial nas receitas provenientes dos honorários relativos a taxas recebidas com base nesses Fundos e, dessa maneira, causar um efeito adverso no desempenho da Companhia e nos investimentos nas Ações.

Ademais, no que diz respeito aos resultados históricos dos Fundos, deve-se destacar que:

- (i) tais resultados não devem ser considerados como indicação de resultados futuros dos Fundos, nem de qualquer fundo ou carteira que a Companhia possa gerir no futuro;
- (ii) as taxas de retorno em investimentos de private equity, calculadas com base nos ativos líquidos dos investimentos dos respectivos fundos, refletem ganhos não realizados e que podem não vir a se realizar; e
- (iii) os resultados dos Fundos refletem oportunidades de investimento e condições gerais de mercado que podem não estar presentes no futuro, não havendo qualquer garantia de que os Fundos atuais ou futuros serão capazes de beneficiar-se de oportunidades de investimento rentáveis.

III. A Companhia é altamente dependente de certos membros de sua administração e a perda de qualquer desses indivíduos pode afetar adversamente sua capacidade de implementar sua estratégia de negócios e de continuar a crescer.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia depende significativamente do comprometimento e da capacidade dos seus administradores e gestores para a implementação da sua estratégia, incluindo a identificação de potenciais investimentos, a seleção, a estruturação e consumação dos investimentos, o acompanhamento do desempenho de seu portfólio e a definição do momento apropriado para o desinvestimento. A Companhia é uma prestadora de serviços especializados, e não tem ativos significativos. A prestação de tais serviços depende da contratação e retenção de uma equipe de administradores e empregados de primeira linha, bem como de seu alinhamento de longo prazo com os resultados da Companhia. Se a Companhia não conseguir contratar, reter e alinhar administradores e empregados com os resultados da Companhia, os resultados dos Fundos, o montante de ativos sob gestão dos Fundos, os honorários auferidos pela Companhia relacionados com a administração e gestão de tais fundos e o preço das Ações serão adversa e significativamente impactados.

Os principais Fundos sob gestão da Companhia contém uma cláusula de “pessoa-chave” (*key-man event*) segundo a qual caso executivos chave não dediquem parcela substancial de seu tempo de trabalho ao fundo os seus investidores poderão resgatar antecipadamente o investimento e extinguir o fundo.

Além disso, a Companhia depende de outros membros da sua administração e de suas redes de relacionamento para desempenhar suas atividades. A perda de qualquer dessas pessoas pode causar um efeito adverso à Companhia. A Companhia acredita que poderá vir a ser necessário atrair e contratar profissionais qualificados do ramo de investimentos para implementar satisfatoriamente sua estratégia. Contudo, a Companhia pode não ter sucesso em recrutar novos talentos e em reter os atuais, uma vez que o mercado de profissionais qualificados nesta área é bastante competitivo. Esforços que visem a reter ou atrair profissionais podem, além disso, significar custos adicionais, que podem afetar adversamente a Companhia. Se a Companhia perder qualquer um de seus administradores ou gestores, existirá também o risco de resgates dos Fundos e de a Companhia não conseguir gerar novas oportunidades de negócios.

A perda destes profissionais teria um efeito adverso sobre os seus resultados, inclusive com relação à sua capacidade de atrair investidores e levantar novos Fundos e a performance dos Fundos. A Companhia não tem seguro de vida do qual poderia receber indenização no caso de morte ou incapacidade de quaisquer dessas “pessoas-chave”.

IV. As receitas e lucratividade da Companhia poderão variar, o que poderá dificultar o crescimento estável dos seus lucros a cada trimestre e provocar a volatilidade do preço de mercado das Ações.

Os Fundos experimentam considerável variação nas receitas e lucros durante o ano e de um ano para outro, devido a flutuações nos valores líquidos dos investimentos de bolsa, ao desempenho dos portfólios em relação aos respectivos parâmetros de desempenho (benchmarks). O recebimento (e o momento de recebimento) dos honorários relativos a taxas de performance que provêm dos investimentos de private equity dependem de eventos esporádicos e altamente variáveis, uma vez que dependem da realização desses investimentos. Não se pode prever se, ou quando, ocorrerá a realização dos investimentos de private equity.

A Companhia recebe honorários referentes a taxas de performance coletadas com base no desempenho dos Fundos. Por isso, se os valores de mercado de quaisquer das companhias dos portfólios que gerimos forem reduzidos nas datas de apuração, mesmo que apenas temporariamente, as receitas relacionadas a honorários relativos a taxas de performance que a Companhia receberá serão reduzidas.

Todos os Fundos estão sujeitos a *high water marks*, segundo os quais a Companhia não receberá honorários relacionados a taxas de performance por um determinado período, mesmo que o respectivo Fundo tenha obtido retornos positivos nesse período, se o fundo tiver incorrido perdas maiores em períodos anteriores. Portanto, se um fundo sofrer perdas em um período, a Companhia não receberá honorários relacionados a taxas de performance daquele fundo até que se

4.1 - Descrição dos fatores de risco

ultrapasse a *high water mark* anterior. Essas flutuações das receitas e lucros da Companhia poderão levar a uma considerável volatilidade dos preços das Ações.

V. A má-conduta dos funcionários e a percepção insubstanciada de uma má conduta dos funcionários por parte dos quotistas poderá prejudicar a Companhia, reduzir a sua capacidade de atrair e manter a gestão dos Fundos e Carteiras e sujeitar a Companhia a considerável responsabilidade civil, a investigações dos órgãos reguladores e a danos significativos à sua reputação. Esse tipo de conduta é de difícil verificação e prevenção.

A Companhia é vulnerável à má percepção do mercado, uma vez que opera em um setor no qual a integridade e confiança dos clientes são cruciais. A boa reputação da Companhia é essencial à manutenção e ao desenvolvimento de relações com potenciais e atuais clientes e terceiros com os quais a Companhia realiza seus negócios. Nos últimos anos, testemunhou-se no mercado financeiro mundial uma série de casos de grande repercussão envolvendo fraudes, conflitos de interesse ou outras formas de má-conduta envolvendo profissionais da área. Os funcionários da Companhia podem incorrer em atividades de má-conduta (ou os quotistas poderiam supor que tais condutas ocorreram, mesmo sem provas) o que afetaria adversamente os negócios da Companhia. Se, por exemplo, um dos seus funcionários praticasse atividades ilícitas ou suspeitas, a Companhia poderia não só estar sujeita a sanções regulatórias, mas também ter sua reputação, situação financeira e relacionamento com os investidores/clientes seriamente abalados como consequência da correspondente percepção negativa, afetando a capacidade de atrair recursos para Fundos e Carteiras geridos pela Companhia. Nem sempre é possível impedir a má-conduta de um funcionário ou uma alegação infundada de má-conduta, visto que as medidas de prevenção implementadas pela Companhia poderão ser ineficazes.

VI. Um fraco desempenho dos Fundos causaria uma queda nas receitas e resultados operacionais da Companhia e afetaria adversamente a capacidade da Companhia de captar recursos para fundos ou carteiras futuras.

Os resultados operacionais da Companhia dependem do desempenho dos Fundos. Considerando que as receitas da Companhia estão relacionados com a gestão e desempenho dos Fundos, o fraco desempenho desses fundos resultará em redução dos honorários a que a Companhia faz jus e, conseqüentemente, das receitas, além de dificultar a manutenção ou atração de novos fundos ou carteiras e o crescimento dos negócios da Companhia. As receitas da Companhia estão relacionadas, sobretudo, a duas fontes: (i) honorário referentes a taxas de gestão, com base no volume de ativos dos Fundos; e (ii) honorários referentes a taxas de performance, obtidas com base no desempenho dos Fundos. Se qualquer desses Fundos tiver um fraco desempenho, as receitas e resultados operacionais da Companhia se reduzirão.

VII. A Companhia pode necessitar de recursos adicionais no futuro, que poderão ser obtidos através de aumento do capital social. A obtenção de recursos por esse meio poderá diluir a participação dos acionistas na Companhia.

A Companhia pode necessitar de recursos adicionais no futuro e pode não ser capaz de obter financiamento em termos atraentes para a Companhia. Caso a Companhia não consiga obter recursos adequados para atender às suas exigências de capital, poderá ser obrigada a aumentar o seu capital social. Além disso, a Companhia poderá optar por buscar recursos adicionais, caso acredite que tais recursos sejam obtidos em condições favoráveis. Captações adicionais podem ser obtidas por meio de aumentos de capital, que podem levar à diluição da participação dos acionistas da Companhia.

VIII. Os titulares de Ações podem não receber quaisquer dividendos ou juros sobre o capital próprio ou receber um valor inferior ao dividendo mínimo obrigatório.

O estatuto social da Companhia prevê que a Companhia deve pagar aos seus acionistas um percentual mínimo de 25% do lucro líquido ajustado anual da Companhia, calculado e ajustado conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Porém, em determinadas circunstâncias, a Companhia poderá não ser capaz de distribuir dividendos ou poderá distribuí-los em valor inferior ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Por exemplo, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a administração da Companhia pode recomendar o não

4.1 - Descrição dos fatores de risco

pagamento de dividendos, caso acredite que o tal pagamento seja inconsistente com a situação financeira da companhia naquela data. Portanto, os titulares de Ações poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio nessas circunstâncias ou poderão receber dividendos em valores inferiores ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

b) Fatores de Risco relacionados ao controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

I. Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem ser conflitantes com os interesses do investidor.

Os acionistas controladores da Companhia podem, dentre outras coisas, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e, sujeitos a certas exceções, deliberar sobre qualquer assunto que exija a aprovação dos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações, sociedades e o montante e período de pagamento de dividendos futuros. Os interesses dos acionistas controladores da Companhia poderão diferir daqueles dos acionistas não controladores.

c) Fatores de Risco relacionados aos acionistas da Companhia

Não aplicável.

d) Fatores de Risco relacionados às controladas e coligadas da Companhia

Os fatores de risco da Companhia, descritos acima, incluem os fatores de risco de suas subsidiárias, conforme aplicável.

e) Fatores de Risco relacionados aos fornecedores da Companhia

Não aplicável.

f) Fatores de Risco relacionados aos clientes da Companhia

I. Os investidores dos Fundos poderão resgatar seus investimentos a qualquer momento, o que poderá levar a uma redução das receitas da Companhia e afetá-la adversamente.

Os investidores de uma parte dos Fundos podem, de modo geral, resgatar seus investimentos de tais Fundos a cada mês ou a cada trimestre. Os investidores poderão decidir transferir seus recursos dos Fundos para outros investimentos por inúmeras razões, além de um desempenho insatisfatório dos Fundos. Entre os fatores que poderão resultar na saída de investidores dos Fundos, estão sua própria percepção sobre o ambiente de investimentos global e no Brasil, mudanças nas taxas de juros que tornem outros investimentos mais atraentes, alterações na percepção do investidor quanto ao foco do gestor, descontentamento com alterações ou ampliações da estratégia de investimentos do Fundo e perdas ou alteração das responsabilidades de profissionais-chave na área de investimentos. Num mercado financeiro em queda, o ritmo dos resgates e a consequente redução dos ativos sob gestão da Companhia poderá se acelerar significativamente. Por exemplo, de modo geral, o volume de resgates resultante da atual crise nos mercados financeiros mundiais aumentou significativamente, o que fez com que alguns fundos sob gestão de terceiros proibissem resgates ou fossem liquidados. A redução das receitas da Companhia que resultaria de resgates significativos dos Fundos teria um efeito adverso sobre as receitas da Companhia. Além disso, a Companhia pode ser prejudicada por perdas dos negócios com seus principais clientes e investidores.

II. Grande parte das receitas da Companhia provém dos contratos relacionados com a gestão dos Fundos, que poderão ser rescindidos antecipadamente.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Os termos dos contratos que regem os Fundos normalmente conferem aos investidores o direito de terminar o relacionamento da Companhia com esses Fundos, em circunstâncias específicas. Se os contratos de gestão forem rescindidos antecipadamente, a Companhia será afetada adversamente.

Os documentos constitutivos dos principais fundos sob gestão da Companhia geralmente concedem aos investidores o direito de destituir seus respectivos managing members (sócios gerentes) em diversas circunstâncias. Na hipótese de destituição de um managing member, a Companhia não terá mais o poder de gerir o respectivo fundo e perderá o direito de receber os honorários de serviços devidos.

g) Fatores de Risco relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atua

I. O setor de gestão de recursos é altamente competitivo.

O porte e o número dos fundos de ações e fundos de private equity vêm crescendo há vários anos, tanto no Brasil quanto no exterior. Se esta tendência se mantiver, é possível que seja cada vez mais difícil para os Fundos captarem recursos. Acima de tudo, a alocação de volumes cada vez maiores de capital em estratégias de investimentos alternativas, por investidores institucionais e individuais, poderá levar a uma redução das oportunidades de investimento lucrativas, devido, dentre outros fatores, à elevação dos preços dos investimentos ou a uma maior dificuldade de obtenção dos retornos desejados. Além disso, se as taxas de juros aumentarem, a atratividade dos Fundos em comparação com investimentos em outros produtos poderá diminuir.

A concorrência por alocação de recursos de investidores depende de diversos fatores, entre os quais:

- (i) o desempenho do investimento;
- (ii) a percepção do investidor quanto aos esforços, ao foco e ao alinhamento de interesses dos gestores do investimento;
- (iii) a qualidade dos serviços prestados aos investidores e a duração do relacionamento com eles;
- (iv) a reputação no mercado; e
- (v) o valor das dos honorários relativos às taxas cobradas pelos serviços.

A Companhia compete em todos os aspectos do setor de gestão de recursos com um grande número de gestores de recursos e fundos de private equity, hedge funds e outras instituições financeiras. Alguns desses concorrentes possuem melhor reputação e maior acesso ao capital. Além disso, alguns fatores contribuem para elevar os riscos competitivos da Companhia:

- (i) os investidores poderão demonstrar preocupação de que a Companhia poderia priorizar o crescimento de um negócio em detrimento de seu desempenho;
- (ii) são relativamente poucas as barreiras à entrada de novos gestores de recursos e fundos de private equity e hedge funds no mercado, e os esforços bem-sucedidos dos novos participantes nas diversas linhas de atuação da Companhia – como ex-gestores de carteira de destaque vindos de instituições financeiras diversificadas e de grande porte (bem como essas próprias instituições) ou companhias estrangeiras tradicionalmente não voltadas ao Brasil ou à América Latina – continuarão resultando em maior concorrência;

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- (iii) outros participantes do setor poderão tentar recrutar os melhores e mais destacados profissionais de investimento da Companhia;
- (iv) o número de oportunidades de investimento no mercado acionários brasileiro é relativamente pequeno comparado a outros mercados desenvolvidos. Isso pode resultar em concorrência por oportunidades e correlação com portfólios de nossos concorrentes.

Esses e outros fatores poderão afetar adversamente a Companhia. Além disso, se a Companhia for obrigada a competir por investidores com outros gestores alternativos de investimentos em termos de preço, a Companhia pode não ser capaz de manter suas estruturas atuais de honorários relacionados aos honorários relativos a taxas de gestão e performance. Há um risco de redução das taxas do setor de gestão de investimentos, independente do desempenho histórico do gestor. O ambiente de mercado competitivo poderá elevar a pressão sobre as taxas que a Companhia pode cobrar de seus investidores. Uma redução das taxas dos fundos existentes ou futuros, sem reduções correspondentes na estrutura de custos da Companhia, poderá afetar a Companhia de modo adverso.

Em virtude da crise econômica de 2008, diversos hedge funds foram adversamente afetados pelo alto volume de resgates. Alguns desses fundos foram obrigados a proibir resgates e, em casos extremos, foram liquidados. Todos esses fatores poderão afetar a confiança dos investidores, desta forma, possibilitando que tais investidores retirem seu capital dos fundos de private equity, o que poderá afetar a Companhia de modo adverso.

II. Como gestora dos Fundos, a Companhia estará sujeita ao risco de litígios judiciais com terceiros, o que poderá resultar em perdas consideráveis e em danos à sua reputação, que poderão afetar adversamente a Companhia.

De modo geral, a Companhia está exposta ao risco de litígios judiciais com seus clientes se for alegado que a Companhia violou o regulamento dos Fundos, por ter agido de forma dolosa ou com culpa grave ainda que de maneira infundada. Os investidores poderão acionar a Companhia para recuperar os valores perdidos pelos Fundos em razão de alegada má-conduta, até o limite do valor total das perdas. Os litígios judiciais envolvendo o setor de serviços financeiros são cada vez mais freqüentes, e qualquer litígio suscitado no futuro poderá afetar adversamente a Companhia. Investidores têm a sua própria percepção quanto às condutas, e a Companhia não tem controle sobre tal percepção. A título de exemplo, a Companhia, os Fundos e alguns dos funcionários da Companhia estão expostos ao risco de litígio relativos às atividades de investimento nos Fundos e às medidas tomadas pelos diretores e membros dos conselhos de administração das companhias de sua carteira (na medida em que a Companhia tiver indicado tais pessoas), como o risco de ações movidas por outros acionistas das companhias de capital aberto em que os Fundos têm investimentos significativos. Em tais litígios, a Companhia seria obrigada a suportar as despesas judiciais, as despesas de acordo e outras, o que poderia superar o valor da cobertura de seguro disponível. Se a Companhia for obrigada a arcar total ou parcialmente com as despesas de ações judiciais ou de investigações em decorrência de insuficiência de seguro ou do insucesso em obter indenização dos Fundos, a Companhia poderá ser afetada adversamente. A existência de qualquer litígio, mesmo que defendido com sucesso, pode prejudicar os negócios e impedir a entrada de novos investidores ou resultar em resgates significativos nos Fundos.

III. Uma flutuação nos mercados de ações poderá resultar em redução do valor dos ativos geridos pela Companhia.

Flutuações nos mercados de ações, e particularmente na BM&FBOVESPA, poderão resultar em redução dos preços das ações e do valor dos ativos que se encontram sob gestão da Companhia. Essas reduções ou volatilidade do valor dos ativos poderão, se ocorrerem, afetar adversamente a Companhia, inclusive pela redução dos honorários relacionados a taxas de gestão e taxas de performance, as quais se baseiam, respectivamente, nos ativos líquidos e no desempenho dos Fundos, de modo que uma queda do valor dos ativos sob gestão da Companhia e/ou uma redução, por qualquer motivo, dos honorários devidos poderão afetar adversamente a Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

IV. Os Fundos investem principalmente em ações de companhias brasileiras, o que poderá envolver incertezas e riscos cambiais, políticos, sociais e econômicos.

Os Fundos atualmente investem a maior parte dos seus ativos em ações de companhias brasileiras. Além das incertezas comerciais, esses investimentos poderão ser afetados por mudanças cambiais, bem como por incertezas políticas, sociais ou econômicas que afetarem um país ou região. O mercado financeiro brasileiro pode apresentar liquidez e alta volatilidade dos preços.

V. Os negócios da Companhia poderão ser afetados adversamente pelas condições dos mercados financeiros globais e pelas condições econômicas em geral.

Por sua própria natureza, os negócios da Companhia não produzem resultados financeiros previsíveis. Embora a Companhia tenha obtido um crescimento dos seus ativos sob gestão, refletindo uma conjuntura comercial e de investimentos favoráveis e um aumento da atividade dos mercados de capitais, uma mudança adversa dessas condições de mercado poderá afetar adversamente a Companhia e, portanto, suas Ações.

Os negócios da Companhia são consideravelmente afetados pelas condições dos mercados financeiros globais e pelas condições econômicas em geral e essas condições podem mudar de forma repentina e radical. A Companhia e, portanto, suas Ações, já foram afetadas adversamente, e poderão ser afetadas adversamente no futuro, por condições econômicas e de mercado desfavoráveis ou incertas, as quais podem ser causadas pela eclosão de conflitos armados ou outros fatores de instabilidade geopolítica, pela queda da confiança dos empresários, pelo aumento da inflação, por escândalos empresariais, políticos ou outros escândalos que reduzam a confiança dos investidores nos mercados de capitais, por desastres naturais ou pandemias ou por uma combinação desses ou de outros fatores.

VI. Os Fundos poderão ser afetados adversamente, por diversos fatores, incluindo condições adversas de mercado, dentre elas, a redução do valor ou do desempenho dos investimentos feitos por esses Fundos e a redução da capacidade dos Fundos de captar ou alocar recursos, o que poderá reduzir consideravelmente as receitas e resultados operacionais da Companhia.

Se as condições econômicas forem desfavoráveis, os Fundos poderão não apresentar bom desempenho e a Companhia poderá não ser capaz de captar recursos para os Fundos e Carteiras Administradas existentes ou futuros. Os Fundos são consideravelmente afetados pelas condições dos mercados financeiros do Brasil e do mundo e pelas condições da economia brasileira e global. Além disso, os Fundos estão sujeitos também aos riscos associados aos mercados emergentes. Os mercados e as circunstâncias econômicas do Brasil e/ou do mundo poderão se deteriorar em razão de vários fatores alheios ao controle da Companhia, como alta das taxas de juros ou de inflação, terrorismo ou incertezas políticas. Além disso, condições de mercado ou econômicas adversas, bem como uma retração nas atividades do setor específico em que operam as sociedades investidas desses Fundos, poderão ter um efeito negativo sobre os lucros de tais sociedades. A Companhia também poderá enfrentar uma redução das oportunidades de vender os investimentos de private equity dos Fundos e de obter o respectivo valor, além de falta de oportunidades adequadas de investimentos para os Fundos, o que poderá ter um efeito negativo sobre os lucros da Companhia. Uma retração geral do mercado ou deslocamento de um mercado específico poderá provocar queda nas receitas e resultados operacionais da Companhia causando: uma redução dos ativos líquidos sob gestão, o que reduzirá os honorários relacionados com taxas de gestão; uma redução dos retornos dos investimentos, o que reduzirá os honorários relacionados com taxas de performance e ainda, poderá resultar em resgates pelos investidores.

h) Fatores de Risco relacionados à regulação dos setores em que a Companhia atua

I. Alterações na regulamentação do setor de gestão de recursos podem impactar adversamente os negócios da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O setor de gestão de recursos é altamente regulamentado no Brasil. A CVM é responsável pela edição de novas normas, bem como pela fiscalização do setor de gestão de recursos no Brasil. O mercado de gestão de recursos é, assim como o de fundos de investimento, auto-regulado pela ANBIMA, que determina regras adicionais e políticas que devem ser observadas por seus membros, especialmente em relação às atividades de marketing. A Companhia não tem como prever se futuras alterações na regulamentação pela CVM e/ou pela ANBIMA terão um efeito material adverso no seu negócio. Além disso, crises no mercado e o drástico aumento do capital alocado para estratégias alternativas de investimento durante os últimos anos resultaram em uma maior fiscalização governamental e auto-regulamentação do setor de gestão de investimentos.

Adicionalmente, as perturbações do mercado e do aumento dramático do capital alocado para estratégias de investimento alternativo durante os últimos anos têm levado a um aumento no controle governamental, bem como o controle de auto-regulação da indústria de fundos ao redor do mundo. Como exemplo, determinada legislação que propõe uma maior regulação da indústria é considerada pelo Congresso dos EUA. Similarmente, vemos o mesmo movimento no Canadá e em países da Europa, onde se localizam os principais clientes da Companhia. Qualquer regulamentação nesse sentido poderia ter um impacto material adverso sobre os Fundos e a Companhia.

II. Mudanças na legislação tributária brasileira poderão afetar adversamente o tratamento fiscal favorável dos Fundos.

Os Fundos e Carteiras Administradas estrangeiros podem deter, direta ou indiretamente, os investimentos em companhias abertas brasileiras por meio do mecanismo de investimento estrangeiro, estabelecido através da Resolução CMN 2.689. Os ganhos de capital, oriundos da venda desses investimentos por esses Fundos estrangeiros estão atualmente isentos de retenção de imposto de renda no Brasil, desde que as vendas ocorram na BM&FBOVESPA e que o beneficiário não esteja localizado em paraíso fiscal. A Companhia não pode garantir que essa isenção será mantida. Caso os Fundos estrangeiros tenham que pagar imposto de renda retido na fonte sobre a alienação de investimentos detidos pelos Fundos estrangeiros no Brasil a rentabilidade líquida de tais Fundos poderá ser afetada.

Além disso, o governo brasileiro pode aumentar as taxas existentes ou impor novos impostos aplicáveis aos Fundos. Por exemplo, em outubro de 2009, o Governo Federal aumentou de zero para 2% (dois por cento) a alíquota do IOF aplicável à liquidação de operações de câmbio para o ingresso de recursos para investimentos na BM&FBOVESPA. Além disso, em outubro de 2010, o Governo Federal aumentou de zero para 6% (seis por cento) a alíquota do IOF aplicável aos fluxos de investimentos em certos títulos de renda fixa.

III. Mudanças na regulação de Companhias Abertas e Mercado de Capitais.

No Brasil, as companhias estão sob regulação forte e permanente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que emite Instruções a serem seguidas e Determinações em casos de infração às Instruções. Apesar de a Companhia ter bom conhecimento das regras da CVM, alterações a estas podem ser feitas, causando efeitos adversos na Companhia, impossibilitando ou dificultando, por exemplo, que determinada atividade chave da Companhia seja executada.

Adicionalmente, por ser a Companhia uma Companhia Aberta com valores negociados na BM&FBovespa e listados na categoria Novo Mercado de governança corporativa, a Companhia está vinculada e submetida ao Regulamento do Novo Mercado. Tal documento contém condutas e estruturas a serem adotadas pela Companhia para garantir as melhores práticas de governança corporativa. No entanto, tem sofrido várias alterações nos últimos anos, podendo gerar certa insegurança nos investidores estrangeiros quanto à consistência da regulação brasileira. Além disso, uma mudança relacionada à um requisito necessário para ocupar um cargo na administração da Companhia, por exemplo, pode

4.1 - Descrição dos fatores de risco

impossibilitar que os atuais executivos da Companhia continuem prestando seus serviços, ocasionando a incidência da cláusula de “*key-man event*” descrita no item a) desta seção, podendo causar efeitos adversos à Companhia.

i) Fatores de Risco relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atua

A Companhia pode estar sujeita à regulação adicional nos países estrangeiros em que tem atuação, como, por exemplo, nos Estados Unidos da América, e tal regulação poderá ter impacto relevante na Companhia, inclusive envolvendo custos para o devido cumprimento de referida regulação ou restrições às atividades desenvolvidas pela Companhia.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos mencionados riscos na seção 4.1., sujeito às ressalvas ali mencionadas sobre o aumento dos riscos nas hipóteses de queda do valor dos investimentos dos Fundos e das receitas auferidas pela Companhia relacionados com a administração e a gestão dos Fundos.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Nesta data, a Companhia ou suas controladas não estão envolvidas em qualquer processo judicial, administrativo ou arbitral que seja relevante.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

A Companhia e suas controladas não possuem processos judiciais, administrativos ou arbitrais cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou, até onde é do conhecimento da Companhia, dos acionistas da Companhia.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

A Companhia não possui processos sigilosos relevantes.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

A Companhia e suas controladas não possuem processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes.

4.7 - Outras contingências relevantes

A Companhia e suas subsidiárias não estão envolvidas em outras contingências relevantes.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

I. As condições políticas e econômicas brasileiras poderiam afetar adversamente a Companhia.

A Companhia pode ser adversamente afetada por mudanças nas políticas ou regulamentação brasileiras, sejam elas implementadas a nível federal, estadual ou municipal, envolvendo tarifas públicas e controle cambial, bem como outros fatores como inflação, taxas de juros, liquidez dos mercados financeiros e de valores mobiliários brasileiros, política fiscal e outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil.

A economia brasileira é caracterizada por freqüentes e ocasionais intervenções extensivas do Governo Federal e também pela ocorrência de ciclos econômicos instáveis. O Governo Federal freqüentemente altera as políticas monetárias, fiscais, de crédito, tarifárias e outras políticas para controlar o curso da economia do país. Por exemplo, as medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, freqüentemente implicam no controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, imposição de controles cambiais e limitação às importações. A Companhia não tem controle sobre, e não pode prever, quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro.

A Companhia poderá ser adversamente afetada pelos seguintes fatores, dentre outros:

- (i) inflação;
- (ii) variações na taxa de câmbio;
- (iii) controles cambiais (inclusive restrições sobre a remessa de dividendos);
- (iv) taxas de juros;
- (v) liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- (vi) expansão ou contração da economia brasileira, de acordo com as taxas de crescimento do PIB;
- (vii) instabilidade dos preços;
- (viii) níveis de renda e emprego;
- (ix) políticas fiscais;
- (x) instabilidade social e política; e
- (xi) outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou o afetem.

A incerteza sobre a implementação pelo Governo Federal de alterações relevantes e eficazes nas políticas ou regulamentações em relação a esses ou outros fatores no futuro, e os acontecimentos resultantes de crises políticas poderão contribuir para a incerteza em relação à economia brasileira e a alta volatilidade do mercado brasileiro de ações e das ações emitidas pelas companhias brasileiras no exterior. Essas incertezas, alterações e crises políticas poderão afetar adversamente os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais e a capacidade da Companhia de gerar caixa.

II. A instabilidade cambial pode afetar adversamente a Companhia.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

A moeda brasileira sofreu desvalorização periódica durante as quatro últimas décadas. Ao longo desse período, o governo brasileiro implementou vários planos econômicos e utilizou uma série de políticas cambiais, inclusive desvalorizações repentinas, pequenas desvalorizações periódicas, durante as quais a frequência dos ajustes variou entre diária e mensal, sistemas de taxa de câmbio flutuante, controles cambiais e duplo mercado de câmbio. Periodicamente, houve flutuações significativas na taxa de câmbio entre o real e o dólar e outras moedas. A Companhia não pode garantir que a taxa de câmbio entre o dólar e o real seja mantida no nível atual.

A desvalorização do real em relação ao dólar pode resultar em menor acesso a mercados financeiros estrangeiros e provocar intervenção do governo, inclusive políticas governamentais recessivas. Por outro lado, a valorização do real frente ao dólar pode levar à deterioração das contas correntes do Brasil e da balança de pagamentos. Qualquer item acima poderia afetar adversamente a Companhia.

III. Aumentos nas taxas de juros podem afetar adversamente a economia brasileira e a Companhia.

As altas taxas de juros tiveram no passado efeitos negativos sobre a economia brasileira e podem afetar os negócios da Companhia. A taxa básica de juros do Brasil, conforme determinada pelo Banco Central, foi mantida a níveis constantemente elevados nos últimos anos. Os aumentos das taxas de juros podem ter um efeito adverso sobre a Companhia.

IV. A inflação e as medidas governamentais para combatê-la podem contribuir para incertezas econômicas no Brasil e podem ter um efeito adverso sobre a Companhia.

O Brasil vivenciou altas taxas de inflação no passado. Certas medidas adotadas pelo governo brasileiro para combater a inflação tiveram efeitos negativos sobre a economia brasileira. As medidas do governo brasileiro para controlar a inflação frequentemente incluíram a manutenção de uma rígida política monetária com altas taxas de juros, o que por sua vez restringe a disponibilidade de crédito e reduz o crescimento econômico. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal com o intuito de combatê-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeitos negativos significativos sobre a economia brasileira, e contribuíram de maneira significativa para a incerteza econômica no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro, o que poderá ter um efeito adverso sobre a Companhia.

Caso o Brasil apresente altos índices de inflação no futuro, os custos e despesas da Companhia poderão aumentar, o que poderá reduzir as margens de lucro e lucro líquido da Companhia. Pressões inflacionárias também podem levar a uma maior intervenção do governo brasileiro na economia, inclusive a adoção de políticas que afetam adversamente o desempenho da economia brasileira como um todo, e conseqüentemente, os negócios da Companhia.

V. Acontecimentos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países podem ter um impacto adverso sobre o mercado de valores mobiliários brasileiros, inclusive as Ações.

O mercado de valores mobiliários brasileiro é influenciado em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países. Embora as condições econômicas possam diferir em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos em um país pode levar à volatilidade dos mercados de capitais de outros países. Por exemplo, as condições econômicas desfavoráveis em outros mercados emergentes podem resultar em uma considerável saída de recursos do Brasil, o que ocorreu, por exemplo, durante as crises econômicas no Sudeste Asiático, na Rússia, e na Argentina. A economia brasileira é também afetada por condições de mercado e econômicas internacionais em geral, especialmente os acontecimentos nos Estados Unidos, tais como a atual volatilidade nos mercados financeiros e de capitais e a crise financeira. Os preços das ações na BM&FBOVESPA, por exemplo, são tradicionalmente sensíveis a flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e ao comportamento das principais bolsas norte-americanas. Esses fatores podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado das Ações e poderá dificultar o acesso ao mercado de

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

valores mobiliários e ao financiamento de suas atividades no futuro, em termos aceitáveis, ou podem impedir que a Companhia receba algum tipo de financiamento.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia possui um Comitê de Auditoria e Compliance para exercer, nos termos do Estatuto Social da Companhia e de acordo com a Instrução CVM nº 509 de 16 de novembro de 2011, função consultiva com escopo de assessorar o Conselho de Administração nas atividades de avaliação e controle das auditorias, bem como dos riscos que envolvem o mercado.

A Companhia acredita que não há riscos específicos a serem protegidos, devendo a empresa tomar todas as providências necessárias, com a diligência esperada de uma companhia de seu porte, para prevenir os riscos apontados anteriormente neste Formulário de Referência.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como no monitoramento de riscos adotado pela Companhia.

5.4 - Outras informações relevantes

Não aplicável.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	19/07/2002
Forma de Constituição do Emissor	Constituída sob a forma de sociedade empresária limitada e transformada em sociedade por ações em dezembro de 2003.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	21/05/2009

6.3 - Breve histórico

A Companhia é uma sociedade de participações (holding), que realiza suas operações por meio de suas subsidiárias. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia (cuja definição inclui suas subsidiárias, exceto quando o contexto indicar diversamente) possuía aproximadamente R\$ 6,9 bilhões em ativos sob gestão.

Pela prestação de serviços relacionados à gestão de Fundos, a Companhia é remunerada por honorários de serviços referentes a taxas de gestão, com base no volume financeiro dos Fundos e honorários relacionados com taxas de performance, em função da rentabilidade dos Fundos.

A Companhia oferece flexibilidade de investimento que combina investimentos em bolsa e private equity no Brasil ou, em menor grau, a possibilidade de realizar investimentos em outros países latino-americanos. Os Fundos investem de forma seletiva, utilizando uma estratégia de investimento baseada nos seguintes princípios fundamentais:

- (i) foco no valor intrínseco de cada companhia na qual os Fundos investem (abordagem bottom-up), independentemente do setor;
- (ii) perspectiva de longo prazo, buscando maximizar o ganho potencial de cada investimento, ao invés de ganhos no curto prazo derivados de negociações (trading) significativas;
- (iii) concentração de investimentos em um pequeno número de sociedades, o que (a) permite à Companhia dedicar tempo e recursos significativos na análise e acompanhamento das sociedades do portfólio, e (b) aumenta a capacidade de interação com os acionistas controladores e administradores e participação, se necessário, na governança das sociedades visando à proteção do investimento da Companhia, de acordo com a legislação aplicável;
- (iv) estratégia de investimento de “contramão”, conforme a qual os Fundos investem em oportunidades subestimadas por outros investidores; e
- (v) disciplina no processo de investimento, com foco no perfil de risco/retorno de cada potencial sociedade investida.

Em junho de 2011, a Companhia criou uma subsidiária integral, com sede em Nova York nos Estados Unidos da América, sob a denominação de “TISA NY Inc.”, com o propósito de prestação de serviço de assessoria financeira.

Em 31 de agosto de 2012, a Companhia transferiu a totalidade dos fundos, carteiras e veículos de investimento então sob sua gestão para sua subsidiária integral, a Tarpon Gestora de Recursos S.A.. Como decorrência de referida transferência, a Companhia deixou de desempenhar diretamente a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, passando a atuar exclusivamente como sociedade de participações (holding).

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Reestruturação organização do controle da Companhia

a. Evento

Reestruturação societária da TIG Holding Ltd ("TIG"), abertura de capital a organização do controle da Companhia

b. Principais condições do negócio

Em 10 de março de 2009, as atividades de gestão de recursos de terceiros e de investimentos proprietários da TIG, até então detentora de 100% das ações da Companhia, foram segregadas, de forma que a Companhia passou a conduzir atividades relacionadas com a gestão de todos os Fundos. Em 21 de maio de 2009, a Companhia abriu seu capital e as Ações passaram a ser negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA. As Ações da Companhia que forem entregues pela TIG aos seus acionistas controladores foram aportadas na Silver King Participações Ltda. e as ações entregues aos demais acionistas são negociadas na BM&FBOVESPA.

c. Sociedades Envolvidas:

TH Ltd., TIG, Companhia e Silver King.

d. Efeitos Resultantes no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia:

Como resultado das operações descritas acima, a Companhia deixou de ser uma subsidiária integral, teve suas ações admitidas à negociação no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA e seu controle passou a ser exercido pela Silver King.

e. Quadro societário antes e depois da operação

(i) Quadro societário antes da operação

Acionista	Ações	%
TIG Holding Ltd.	114.560	100%
TH Ltd	1	0%

(ii) Quadro societário após a operação

Acionista	Ações	% do capital social
Silver King Participações Ltda.	21.000.000	46,9%
Passport M F S L F O B P G	4.275.900	9,5
EP Tisdale LLC/Eton Park Fund LP	3.089.300	6,9
UBS AG London Branch	2.838.000	6,3
Tarpon Cash	2.837.900	6,3
Outros	7.132.900	15,9
Tesouraria	3.580.348	8,0

Reorganização Societária

a. Evento

Reorganização societária interna, por meio da qual as atividades de administração de recursos de terceiros da Companhia passaram a ser exercidas por meio de uma nova subsidiária integral denominada Tarpon Gestora de Recursos S.A..

b. Principais Condições do Negócio

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

A reorganização foi efetivada mediante transferência para a Tarpon Gestora de Recursos S.A. de determinados ativos de titularidade da Companhia associados às atividades de administração de recursos de terceiros ("Transferência"). Com a consumação da Transferência, (i) a totalidade dos fundos, carteiras e veículos de investimento então sob gestão da Companhia passaram a ser geridos pela Tarpon Gestora de Recursos S.A.; e (ii) a Companhia deixou de desempenhar diretamente a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, passando a atuar exclusivamente como sociedade de participações (holding).

c. Sociedades Envolvidas

Tarpon Investimentos S.A. e Tarpon Gestora de Recursos S.A.

d. Efeitos Resultantes no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia

Não houve alteração relevante na composição acionária da Companhia no âmbito deste evento.

e. Quadro societário antes e depois da operação

Não houve alteração relevante na composição acionária da Companhia no âmbito deste evento.

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não houve pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.7 - Outras informações relevantes

Não aplicável.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Fundada em 2002, a Companhia (cuja definição inclui suas subsidiárias, exceto quando o contexto indicar diversamente) é uma gestora de recursos próprios e de terceiros, brasileira, independente, dedicada a investimentos em *public e private equity* com objetivo de viabilizar, no longo prazo, retornos absolutos superiores à média de mercado. Desde 31 de agosto de 2012, a atividade de gestão de recursos da Companhia passou a ser desempenhada pela subsidiária integral da Companhia, a Tarpon Gestora de Recursos S.A. (“TGR”). A partir deste evento, a Companhia passou a ser uma empresa de participações (holding), realizando suas atividades operacionais por meio de suas subsidiárias.

A Companhia tem como estratégia perseguir oportunidades de investimento normalmente não acompanhadas pelo mercado, cujos preços a Companhia acredita que estejam abaixo de seu valor intrínseco e com potencial significativo de valorização no longo prazo.

A Companhia busca ter um papel ativo em cada uma das companhias investidas, buscando compartilhar conhecimento em áreas como alocação de capital, estratégia empresarial, governança corporativa, entre outras.

O objetivo da Companhia é gerar resultados absolutos descorrelacionados (*alpha*) acima da média de mercado no longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía aproximadamente R\$6,9 bilhões em ativos sob gestão.

Pela prestação de seu serviço de gestão de recursos, a Companhia recebe honorários relacionados a taxas de gestão com base no volume financeiro dos Fundos e honorários relacionados a taxas de performance em função da rentabilidade dos Fundos.

Os Fundos sob gestão da Companhia realizam investimentos de bolsa e investimentos de *private equity* no Brasil e, em menor grau, a possibilidade de realizar investimentos em outros países latino-americanos. Os Fundos sob gestão da Companhia investem de forma seletiva, utilizando uma estratégia de investimento baseada nos seguintes princípios fundamentais:

- (i) foco no valor intrínseco de cada companhia na qual os Fundos investem (abordagem bottom-up), independentemente do setor;
- (ii) perspectiva de longo prazo, buscando maximizar o ganho potencial de cada investimento, ao invés de ganhos no curto prazo derivados de negociações (trading) significativas;
- (iii) concentração de investimentos em um pequeno número de sociedades;
- (iv) estratégia de investimento de “contramão”, conforme a qual os Fundos investem em oportunidades subestimadas por outros investidores; e
- (v) disciplina no processo de investimento, com foco no perfil de risco/retorno de cada potencial sociedade investida.

Além da TGR, a Companhia tem como subsidiárias integrais a TISA NY Inc. (“TISA NY”) e o Tarpon All Equities (Cayman), Ltd. (“TAE Cayman”).

A TISA NY foi criada em julho de 2011 e tem sede na cidade de Nova Iorque, Estados Unidos da América, tendo como propósito a prestação de serviços de assessoria financeira e estreitamento dos relacionamentos com investidores estrangeiros.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

O TAE Cayman, empresa sediada em Cayman, tornou-se uma subsidiária integral da Companhia em março de 2012 e atua como *general partner* (sócio gerente) de determinados fundos de investimentos estrangeiros.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a) Produtos e serviços comercializados

A Companhia conduz a atividade de investimentos por meio de duas principais estratégias:

Fundos de Portfólio (investimento em bolsa e em *private equity*)

A estratégia de investimento em fundos de portfólio compreende os fundos que investem em companhias abertas cujas ações são listadas e negociadas em bolsa bem como empresas não listadas.

Estratégia e Co-Investimento (investimentos em bolsa e em *private equity*)

A estratégia de co-investimento compreende os vínculos que têm por objetivo investir em oportunidades específicas em conjunto com os demais fundos de portfólio Tarpon, tanto nas estratégias de bolsa quanto nas de *private-equity*.

Nessa estratégia, a Companhia busca investidores para oportunidades de co-investimento em empresas onde os fundos de portfólio já a têm a exposição que consideramos ideal. Esta estratégia de fundos de investimentos permite à Tarpon aumentar a exposição a determinadas empresas.

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

As receitas auferidas pela Companhia são exclusivamente relacionadas à prestação dos serviços de gestão dos Fundos. Pelo referido serviço, são cobrados honorários relacionados a taxas de administração e de performance.

A receita com honorários relacionados a taxas de administração incide sobre o montante de ativos dos Fundos. Tal taxa é cobrada dos quotistas em base mensal ou trimestral.

Os honorários relacionados a taxas de performance está relacionada a performance do fundo quando supera-se um determinado parâmetro ou objetivo de rentabilidade (*hurdle rate*). Cada vez que essa meta é ultrapassada, coleta-se taxa de performance sobre o excedente. É cobrada em datas e periodicidades distintas, dependendo do fundo em questão.

Participação dos honorários relacionados taxas de administração e performance na receita líquida	2009	2010	2011
Receita com honorários relacionados a taxas de administração	69%	25%	25%
Receita com honorários relacionados a taxas de <i>performance</i>	31%	75%	75%

c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

A Companhia realiza apenas um tipo de negócio (prestação de serviços relacionados com a gestão dos Fundos e Carteiras Administradas) e, conseqüentemente, não é apresentada nenhuma divisão secundária do segmento por tipo de negócio.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a) Características do processo de produção

O processo de investimento é liderado pela equipe interna da Companhia, freqüentemente em conjunto com assessores em questões legais, contábeis e outros assessores externos que forem necessários. O processo, em geral, é composto de quatro principais fases: análise de oportunidades, tese de investimento, aprovação do investimento e monitoramento.

Fase Um – Análise de Oportunidades. Na fase inicial do seu processo de investimento, em geral, a Companhia realiza avaliação de cada oportunidade de investimento, que é focada no valor intrínseco de cada ativo. Após uma empresa ser selecionada, uma análise econômico-financeira preliminar é conduzida.

Fase Dois – Tese de Investimento. A segunda etapa do processo de investimento da Companhia é a preparação de uma tese de investimento. Nessa fase, em geral, a Companhia realiza uma ampla revisão de seu mercado e setor, uma análise de suas vantagens competitivas, uma avaliação de sua atual administração juntamente com potenciais fontes de nova liderança, uma revisão das demonstrações financeiras, uma revisão técnica das atividades da empresa, quando apropriado. Para os investimentos de *private equity* dos Fundos, a Companhia também realiza auditoria.

Fase Três – Aprovação do Investimento. A etapa final do processo de investimento da Companhia é a aprovação do investimento, onde a equipe que elaborou a tese de investimento a apresenta para o seu comitê de investimento. Toda a equipe de gestão da Companhia participa da apresentação e do debate que o analista promove quando os novos investimentos são propostos.

Fase Quatro – Monitoramento. Uma vez realizado o investimento a Companhia passa a acompanhar os investimentos.

b) Características do processo de distribuição

A Companhia mantém o foco principalmente em investidores institucionais sofisticados, como fundos de universidades (endowments), fundações e fundos de pensão.

c) Características do mercado de atuação

(i) Participação no mercado de atuação

O setor de gestão de recursos no Brasil é altamente pulverizado. A Companhia concorre com um grande número de instituições financeiras e gestoras de investimentos.

(ii) Competição no mercado de gestão de recursos

A Companhia concorre com um grande número de instituições financeiras e gestoras de investimentos que, em alguns casos, têm valores muito maiores de ativos sob gestão ou oferecem uma variedade mais diversificada de produtos financeiros. Em alguns casos, a Companhia espera buscar oportunidades de investimento em cooperação com um ou mais de seus concorrentes.

(iii) Sazonalidade

A coleta de receitas relacionadas com taxas de performance pode apresentar variações em função das datas distintas de aniversário de coleta de performance dos Fundos.

(iv) Principais insumos e matérias primas

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Não aplicável.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

No exercício social de 2011, determinado cliente pagou o equivalente a R\$62,7 milhões pelos serviços prestados pela Companhia, montante superior a 10% da receita líquida total da Companhia no respectivo exercício.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a) Necessidade de autorização governamental para o exercício das atividades da Companhia e relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

O setor de gestão de recursos é altamente regulamentado no Brasil. A Companhia é registrada perante a CVM como prestadora de serviços de administração de carteiras.

O mercado de gestão de recursos também é, assim como o de fundos de investimento, auto-regulado pela ANBIMA, que determina regras adicionais e políticas que devem ser observadas por seus membros, especialmente em relação às atividades de marketing.

b) Política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Em razão das atividades desenvolvidas pela Companhia, esta não apresenta política ambiental, tampouco incorreu em custos relacionados ao cumprimento da regulação ambiental.

c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia depositou perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial o pedido de registro das marcas “Tarpon Investimentos”, “TISA”, “Tarpon All Equities” “Tarpon Capital”, “Tarpon Asset Management” e “Tarpon Internet”. A Companhia também solicitou o registro de certos domínios, tais como “tarponinvestimentos.com.br”, “tarponinvest.com.br”, “tisa.com.br”, “tarponinvestimentos.com”, dentre outros.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

a) Receita proveniente dos clientes atribuída ao país de sede da Companhia e sua participação na receita líquida

Em 2009 e 2010 a totalidade das receitas auferidas pela Companhia foram atribuídas ao Brasil, país de sua sede.

Em 2011, as receitas auferidas pela Companhia foram atribuídas ao Brasil no montante de R\$241.457.000,00, representando 99,7% da receita líquida da Companhia.

b) Receita proveniente dos clientes atribuída a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida

Em 2009 e 2010 a totalidade das receitas auferidas pela Companhia foram atribuídas ao Brasil, país de sua sede.

Em 2011, as receitas auferidas pela Companhia que foram atribuídas aos Estados Unidos da América, país que sedia a subsidiária TISA NY, Inc., somaram R\$742.000,00, representando 0,3% da receita líquida da Companhia.

c) Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida

Em 2011, a receita total proveniente de países estrangeiros foi de R\$217.813.000,00, representando 90% da receita líquida da Companhia.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia reporta à *Securities and Exchange Commission* (SEC), agência regulatória do mercado de valores mobiliários norte americano, como *exempt reporting advisor*.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

A Companhia não contém relações de longo prazo relevantes além das descritas em outras partes deste Formulário de Referência.

A Companhia não publica o Relatório de Sustentabilidade em razão de entender que as práticas adotadas pela Companhia nesse sentido não podem ser caracterizadas como relações de longo prazo relevantes.

7.9 - Outras informações relevantes

Não aplicável

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

a) Controladores diretos e indiretos

A Companhia é controlada pela Silver King Participações Ltda., sociedade holding constituída especificamente para participar no capital social da Companhia. Os cotistas da Silver King são José Carlos Reis de Magalhães Neto, Pedro de Andrade Faria, Eduardo Silveira Mufarej, Fernando Shayer, Marcelo Guimarães Lopo Lima, José Alexandre Carneiro Borges, Miguel Gomes Ferreira, Antonio Augusto Torres de Bastos Filho, Philip Vincent Reade, e Rodrigo Reghini Vieira.

b) Controladas e coligadas

A Companhia tem como subsidiária integral, desde julho de 2011, a TISA NY Inc., empresa com sede na cidade de Nova York, Estados Unidos da América, criada com o intuito de estreitar os vínculos da Companhia com investidores estrangeiros.

Desde março de 2012, a Companhia tem como subsidiária integral o Tarpon All Equities (Cayman) Ltd., empresa com sede em Cayman, com atuação como *general partner* (sócio gerente) de determinados fundos de investimentos estrangeiros.

Desde abril de 2012, a Companhia tem como subsidiária integral a Tarpon Gestora de Recursos S.A., que desde 31 de agosto de 2012 exerce a atividade de gestão de carteira de valores mobiliários, antes exercida pela Companhia.

c) Participação em sociedades do grupo

Não aplicável.

d) Participações de sociedades do grupo no emissor;

Não aplicável.

e) Sociedades sob controle comum

A TIG Holding Ltd., controladora da Companhia anteriormente à Reestruturação, descrita no ponto 6.5. do presente Formulário de Referência, é controlada pelos Srs. José Carlos Reis de Magalhães Neto, Pedro de Andrada Faria e Eduardo Silveira Mufarej, cotistas da Silver King Participações Ltda., sociedade controladora da Companhia.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

Item de apresentação facultativo.

8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	22/02/2013
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Ingresso de novos cotistas no Acionista Controlado
Descrição da operação	Em 22 de fevereiro de 2013, os Srs. José Alexandre Carneiro Borges; Miguel Gomes Ferreira; Antonio Augusto Torres de Bastos Filho; Philip Vincent Reade; e Rodrigo Reghini Vieira ingressaram como cotistas na Silver King Participações Ltda, conforme item 15.1/15.2 deste Formulário de Referência.
<hr/>	
Data da operação	31/08/2012
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Reorganização Societária
Descrição da operação	A reorganização foi efetivada mediante transferência para a Tarpon Gestora de Recursos S.A. de determinados ativos de titularidade da Companhia associados às atividades de administração de recursos de terceiros ("Transferência"). Com a consumação da Transferência, (i) a totalidade dos fundos, carteiras e veículos de investimento então sob gestão da Companhia passaram a ser geridos pela Tarpon Gestora de Recursos S.A.; e (ii) a Companhia deixou de desempenhar diretamente a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, passando a atuar exclusivamente como sociedade de participações (holding).
<hr/>	
Data da operação	10/03/2009
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Reestruturação
Descrição da operação	Em 10 de março de 2009, a Companhia deixou de ser uma subsidiária da TIG Holding Ltd., resultando na segregação das atividades de gestão de recursos de terceiros e de investimento de capital proprietário. A Companhia passou a conduzir atividades relacionadas com a gestão de todos os fundos e veículos de investimentos anteriormente sob gestão da TIG Holding Ltd. Em 21 de maio de 2009, a Companhia abriu seu capital e as ações passaram a ser negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA. As ações da Companhia que foram entregues pela TIG aos seus acionistas controladores foram aportadas na Silver King Participações Ltda.
<hr/>	

8.4 - Outras informações relevantes

Não aplicável.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

a) Ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização

A Companhia não possui valores significativos em seu ativo não circulante relacionados a imobilizado. Os saldos relacionados a imobilizado são compostos principalmente por computadores e ativos relacionados à tecnologia de informação, que servem como suporte ao desenvolvimento das atividades cotidianas da Companhia.

b) Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

A Companhia não possui patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia registradas em seu ativo.

c) Sociedades na qual a Companhia tem participação

TISA NY

Em 6 de julho de 2011, foi constituída a subsidiária da Companhia em Nova Iorque (TISA NY Inc.), com sede na 405, Park Avenue, Suite 1002, nos Estados Unidos da América. Naquela data, foram integralizadas 1.000 cotas da TISA NY ao valor de US\$ 1,00 cada e, em 15 de julho de 2011, foram integralizadas 50.000 cotas ao valor de US\$ 10,00 cada.

Abaixo seguem os quadros de movimentação de saldos:

TISA NY – em R\$ mil

Saldo em 31 de dezembro de 2010	-
Integralização de 6 de julho de 2011	2
Integralização de 15 de julho de 2011	784
Equivalência Patrimonial	172
Variação Cambial	<u>133</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>1.091</u>

<u>TISA NY - em USD mil</u>		<u>TISA NY - em R\$ mil</u>		<u>Variação Cambial</u>	<u>Participação no capital</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Valor patrimonial do investimento</u>
<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Resultado 2011</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Resultado 2011</u>				
501	80	786	172	133	100%	172	1.091

Esta subsidiária não tem registro na CVM e foi criada para expansão da atividade internacional da Companhia, prestando serviço de assessoramento financeiro nos Estados Unidos.

Tarpon Gestora de Recursos S.A.

Como resultado da reestruturação societária interna da Companhia, a totalidade dos fundos, carteiras e veículos de investimento então sob gestão da Companhia passaram a ser geridos pela Tarpon Gestora. Em 25 de abril de 2012, a Companhia adquiriu e integralizou 500 ações da Tarpon Gestora ao valor de R\$1,00 cada. Em 31 de agosto de 2012, a Companhia integralizou 762.292 ações ao valor de R\$1,00 cada.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Tarpon Gestora de Recursos S.A. – em R\$ mil

Saldo em 31 de dezembro de 2011	-
Integralização de 25 de abril de 2012	0
Integralização de 31 de agosto de 2012	762
Equivalência Patrimonial	-
Saldo em 31 de agosto de 2011	<u>762</u>

Esta subsidiária é autorizada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteira de valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM 306, de 05 de maio de 1999, e suas alterações, e foi criada com o objetivo de concentrar as atividades de administração de carteira de valores mobiliários em uma única entidade.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui valores significativos em seu ativo não circulante relacionado a imobilizado. Os saldos relacionados a imobilizado são compostos principalmente por computadores e ativos relacionados à tecnologia de informação, que servem como suporte ao desenvolvimento das atividades cotidianas da Companhia.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia registrada em seu ativo.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
TISA NY INC	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos	NY	Nova Iorque	Prestação de serviços de assessoria financeira.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2011	1.091.000,00		
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Expansão de atividades no exterior.								

9.2 - Outras informações relevantes

Não aplicável.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1. Comentários dos Diretores sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais;

Considerando que a Companhia investe a maior parte dos ativos sob gestão dos fundos e carteiras geridos pela Companhia ("Fundos Tarpon") em valores mobiliários de companhias brasileiras e instrumentos de dívida de emissores brasileiros (principalmente o Governo Federal), os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais do Brasil, particularmente, inflação, taxas de juros, políticas governamentais, variações cambiais e políticas tributárias.

Diante de um contexto de crise internacional em 2008, em 2009, algumas economias apresentaram sinais de recuperação mais consistentes, como o caso do Brasil, onde o consumo das famílias, principal componente do PIB, registrou desaceleração, mas não seguiu o padrão histórico de recuo em momentos de grandes turbulências.

Em 2009, a receita operacional bruta da Companhia atingiu R\$ 42,8 milhões e o lucro líquido atingiu R\$ 16,0 milhões.

Em 2010, houve um aumento significativo do montante de recursos estrangeiros buscando rentabilidade nos mercados emergentes, sendo o Brasil um dos principais beneficiados por esse fluxo de investimentos.

Em 2010, a receita operacional líquida da Companhia atingiu R\$ 205,8 milhões e o lucro líquido atingiu R\$ 139,0 milhões.

Em 2011, a crise da dívida dos países europeus prejudicou o mercado de ações brasileiro, que sofreu com a saída de recursos dos investidores em busca por ativos de menor risco.

Em 2011, a receita operacional líquida da Companhia atingiu R\$ 241,5 milhões e o lucro líquido atingiu R\$ 109,5 milhões.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: i) hipóteses de resgate; ii) fórmula de cálculo do valor do resgate;

O capital social da Companhia é composto exclusivamente por ações ordinárias. Nos últimos três exercícios sociais (2009, 2010 e 2011), a Companhia não possuía qualquer endividamento em aberto.

A Companhia não pretende efetuar o resgate das ações.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos;

Considerando o fluxo de caixa e posição de liquidez da Companhia em 31 de dezembro de 2011, a Companhia acredita que tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas e outros compromissos financeiros assumidos pela Companhia.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas; e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez;

As principais exigências de caixa da Companhia compreendem: (a) pagamento dos custos operacionais, incluindo remuneração; e (b) pagamento de dividendos aos acionistas. As principais fontes de liquidez compreendem honorários relacionados aos serviços de gestão dos Fundos Tarpon.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; iii) grau de subordinação

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

entre as dívidas; iv) eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário; g) limites de utilização dos financiamentos já contratados; e

Nos últimos três exercícios sociais (2009, 2010 e 2011), a Companhia não possuía qualquer endividamento em aberto.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

Ativo

Ativo não circulante: Em 31 de dezembro de 2011, o ativo não circulante totalizou R\$ 2,8 milhões, um aumento de 93,2% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, no qual a conta totalizava R\$ 1,4 milhão. Esse aumento é justificado, essencialmente, pelos investimentos realizados pela Companhia em sua subsidiária, TISA NY Inc, cujo propósito é a prestação de serviços de assessoria financeira. Em dezembro de 2010, houve um incremento de 180,8% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, principalmente em razão dos investimentos em infraestrutura realizados pela Companhia em decorrência da alteração de sua sede social. Em 31 de dezembro de 2009, a conta de ativo não circulante totalizou R\$0,5 milhão, um incremento de 64,8% em relação a 31 de dezembro de 2008, principalmente em razão do aumento do resultado da Paraná Consultoria S.A., então subsidiária da Companhia ("Paraná Consultoria").

Contas a receber: Em 31 de dezembro de 2011, o contas a receber totalizou R\$ 8,5 milhões, uma queda de 60,1% quando comparado com o mesmo período de 2010, quando o contas a receber totalizou R\$ 21,3 milhões. Essa queda é resultado, primordialmente, do menor montante de honorários relacionados à taxa de performance recolhidos nesse período. Em 31 de dezembro de 2010, o contas a receber R\$ 21,3 milhões, um incremento de 113,1% comparado aos R\$ 10,0 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento é resultado, principalmente do maior volume de receitas em 2010 (aumento de ativos sobre gestão e maior recolhimento de taxas de administração e performance). Durante o ano de 2009 houve um incremento substancial do contas a receber, verificado pelo aumento desta conta de R\$ 0,6 milhão de 31 de dezembro de 2008 para R\$10,0 milhões em 2009, como consequência do maior montante de honorários relacionados a taxas de serviços de gestão e aumento da base de ativos sob gestão da Companhia em cada período.

Ativos financeiros a valor de mercado: Em 31 de dezembro de 2011, os ativos financeiros a valor de mercado totalizaram R\$ 84,0 milhões, um incremento de 85,8% se comparado com o total de R\$45,2 milhões apresentado no mesmo período de 2010, principalmente pela necessidade de caixa para fazer frente a obrigações tributárias. Em 31 de dezembro de 2010, o volume de ativos financeiros a valor de mercado atingiu R\$ 45,2 milhões, um incremento de 202,3% em relação ao volume de R\$ 14,9 milhões apresentado em 31 de dezembro de 2009, gerado principalmente pelo maior volume de honorários relacionados às taxas de administração e performance dos Fundos Tarpon. Em 31 de dezembro de 2009, a conta de ativos financeiros a valor de mercado totalizou R\$ 14,9 milhões, um incremento de 124,2% em relação ao saldo de R\$ 6,7 milhões apresentado em 31 de dezembro de 2008. Esse aumento é resultante da realização de contas a receber, cujos valores foram aplicados em ativos financeiros e ganhos com investimento no Tarpon Valor Fundo de Investimento em Ações ("Fundo Tarpon Valor").

Disponibilidades: Em 31 de dezembro de 2011, as disponibilidades totalizaram R\$373 mil, um aumento de 26,9% quando comparado com o mesmo período de 2010, quando o saldo da conta totalizou R\$ 294 mil. Assim como nos anos anteriores, as disponibilidades são mantidas apenas para cumprimento de obrigações de curto prazo da Companhia. Em 31 de dezembro de 2009, a conta de disponibilidades totalizou R\$42 mil, mantendo-se estável comparado ao ano de 2008.

Outros ativos: Em 31 de dezembro de 2011, a conta totalizou R\$ 30,9 milhões, um aumento substancial quando comparado com 31 de dezembro de 2010, quando o saldo da conta totalizou R\$ 1,5 milhão, principalmente em razão do

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

aumento do montante de impostos a recuperar no período. Em relação ao saldo de R\$0,5 milhão apresentado em 2009, em 2010, houve um aumento de 182,6% nessa conta, principalmente em razão do aumento do montante de impostos a recuperar no período. Em relação ao saldo de R\$1,1 milhão apresentado em 2008, em 2009, a conta apresentou uma redução de 52,5%, em razão do efetivo recebimento do dividendo declarado pela Paraná Consultoria neste ano.

Passivo e Patrimônio Líquido

Passivo não circulante. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo desta conta era de R\$ 191 mil, uma queda de 49,9% em relação ao saldo de R\$ 381 mil apresentado em 2010, em decorrência da amortização de parcelas de arrendamentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo era de R\$ 381 mil, um aumento de 100% quando comparado com o 31 de dezembro de 2009, em decorrência das parcelas de longo prazo de contrato de arrendamento financeiro contratado no 2º semestre de 2010. A Companhia não tinha passivo não circulante em 31 de dezembro de 2009 e 2008.

Obrigações tributárias. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo desta conta era de R\$ 64,3 milhões, um aumento substancial em relação ao saldo de R\$ 6,4 milhões apresentado em 2010, aumento este justificado pelo aumento de impostos federais sobre o lucro líquido da Companhia. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo era de R\$ 6,4 milhões, um incremento de 159% em relação ao saldo de R\$ 2,5 milhões apresentado em 31 de dezembro de 2009, em decorrência do aumento da base tributável da Companhia no exercício de 2010. Em 31 de dezembro de 2009, as obrigações tributárias totalizaram R\$ 2,5 milhões, um aumento em relação ao saldo de R\$0,2 milhão apresentado em 31 de dezembro de 2008, gerado pelo maior montante de honorários relacionados a taxa de administração e performance e aumento dos ativos sob gestão da Companhia no exercício de 2009.

Outras obrigações. Em 31 de dezembro de 2011, a conta totalizou R\$ 10,9 milhões uma queda de 75,9% quando comparado com 31 de dezembro de 2010, em razão de uma menor provisão de dividendos no ano de 2011. Em 31 de dezembro de 2010, a conta outras obrigações totalizou R\$ 45,4 milhões, um aumento substancial quando comparado com o saldo de R\$ 7,7 milhões apresentado em 31 de dezembro de 2009, principalmente pelo provisionamento dos dividendos do exercício de 2010. Em 31 de dezembro de 2009, a conta outras obrigações aumentou 300,6% quando comparado ao saldo de R\$ 1,9 milhão apresentado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, igualmente afetado pelo provisionamento dos dividendos referente ao exercício de 2009.

Capital social. Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da Companhia era de R\$ 6,1 milhões, um aumento de 46,3% quando comparado com o saldo de R\$4,2 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esta variação é justificada pelo aumento de capital social da Companhia em decorrência do exercício de opção de ações da Companhia no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia, aprovado em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado ("Plano"). Em 31 de dezembro de 2010, o capital social da Companhia era de R\$ 4,2 milhões, um aumento de 4,4% quando comparado ao capital social de R\$ 4,0 milhões apresentado em 31 de dezembro de 2009, em decorrência do aumento de capital no montante de R\$0,2 milhão realizado em decorrência do exercício de opções de compra de ações no contexto do Plano. Quando comparado ao capital social de R\$ 0,1 milhão em 2008, a conta de capital social aumentou significativamente, em decorrência do aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$3,9 milhões, mediante utilização de valor registrado na reserva de lucros da Companhia naquela data.

Reserva de capital. Em 31 de dezembro de 2011, a conta de reserva de capital totalizou R\$ 26,5 milhões, um aumento significativo quando comparado com a reserva de capital de R\$2,1 milhões apresentada em 2010. Esse aumento significativo foi resultado dos aumentos de capital realizados pela Companhia durante o ano de 2011, no âmbito do Plano. Em 31 de dezembro de 2010, a conta de reserva de capital totalizou R\$2,1 milhões, um aumento de 4,1% quando comparado ao saldo de R\$2,0 milhões apresentado em 31 de dezembro de 2009, aumento este decorrente de aumento de capital realizado no âmbito do Plano durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo de reserva de capital decresceu 20,6% quando comparado ao saldo de R\$2,5 milhões apresentado em 31 de dezembro de 2008, em

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

decorrência da utilização de recursos para o cancelamento das 3.580.348 ações de emissão da Companhia então mantidas em tesouraria.

Lucros acumulados. A Companhia não tinha lucros acumulados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009. Os respectivos lucros foram destinados à constituição de reserva legal e distribuição de dividendos.

Participação minoritária. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não detinha qualquer participação minoritária em sociedades operacionais. Em 31 de dezembro de 2010, em decorrência da alienação da participação da Companhia na Paraná Consultoria, não havia valor registrado na conta de participação minoritária. Em 31 de dezembro de 2009, a conta de participação minoritária manteve-se estável em relação a 2008, totalizando R\$ 0,1 milhão.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Comentários dos Diretores sobre:

a) resultado das operações da Companhia, em especial: i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais;

Abaixo os comentários dos principais fatores que afetaram os resultados da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

Receitas. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, a receita operacional líquida da Companhia totalizou R\$ 241,5 milhões, um incremento de 17,31% quando comparada à receita de R\$ 205,8 milhões registrada no exercício de 2010, em decorrência do aumento do montante de ativos sob gestão da Companhia e do maior recolhimento de honorários relacionados a serviços de gestão neste período. Em 2009, as receitas da Companhia aumentaram de R\$ 6,0 milhões em 2008 para R\$ 40,5 milhões, gerado principalmente pelo aumento do montante de ativos sob gestão da Companhia e maior recolhimento de honorários relacionados a serviços de gestão.

Despesas de pessoal. Em 31 de dezembro de 2011, as despesas com pessoal totalizaram R\$ 55,6 milhões, um aumento de 63,3% quando comparado com o mesmo período de 2010, esse aumento ocorreu devido ao aumento do número de contratações, reajustes salariais e remuneração variável. Em 31 de dezembro de 2010, a conta de despesas com pessoal totalizou R\$ 34,1 milhões, um incremento de 91,3% quando comparado ao montante de R\$ 17,8 milhões apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, principalmente pelo aumento do número de contratações, reajustes salariais e remuneração variável. Estes mesmos fatores influenciaram o aumento dos valores registrados nesta conta entre o valor apresentado em 2009 e os R\$ 6,4 milhões apresentados em 2008.

Despesas administrativas. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando comparado com o exercício de 2010, as despesas administrativas aumentaram 137,4%, totalizando R\$ 14,5 milhões e R\$ 6,1 milhões, respectivamente, em decorrência, principalmente, dos investimentos em infraestrutura e sistemas de gestão para a Companhia, bem como a contratação de prestadores de serviços especializados. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 houve um incremento de 56,7% das despesas administrativas, totalizando R\$ 6,1 milhões, principalmente em razão da alteração da sede social da Companhia. Em 2009, as despesas administrativas da Companhia mantiveram-se estáveis quando comparadas com 2008, apresentando uma pequena redução de 4,2 %, de R\$ 4,1 milhões em 2008 para R\$ 3,9 milhões em 2009.

Outras despesas/receitas. No exercício de 2011, a conta de outras despesas/receitas totalizou R\$ 135,0 mil, uma diminuição de 110,3% quando comparadas ao montante de R\$1,3 milhão negativo apresentado em 2010. Em 2010, a conta de outras despesas/receitas sofreu um incremento de 540,4%, passando de R\$ 0,3 milhão positivo no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$1,3 milhão negativo no exercício findo em 2010. O impacto na conta de outras despesas em 2010 decorre, principalmente, do pagamento de Programa de Parcelamento Incentivado de ISS (ano base 2005), no montante de R\$ 1,1 milhão.

Lucros (prejuízos) financeiros, líquidos. Os lucros (prejuízos) financeiros líquidos totalizaram R\$10,2 milhões no exercício de 2011, em linha com o montante de R\$ 9,5 milhões registrados no exercício de 2010. No exercício findo em 2010, houve incremento de 242,2% nesta conta, passando de R\$ 2,8 milhões no exercício encerrado em 2009 para R\$9,5 milhões no exercício encerrado em 2010, em decorrência da alienação de ações e bônus de subscrição de emissão da Brasilagro – Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas de titularidade da Companhia e da liquidação do Fundo Tarpon Valor. Em 2009, os lucros financeiros líquidos da Companhia aumentaram significativamente, de R\$ 3,0 milhões negativos em 2008 para R\$ 2,8 milhões em 2009, gerado em decorrência do desempenho positivo dos investimentos da Companhia no Fundo Tarpon Valor.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Resultado das atividades operacionais. Em função do citado acima, o resultado das atividades operacionais sofreu um incremento de 5,3% na comparação dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010, passando de R\$ 166,0 milhões em 2010 para R\$ 174,7 em 2011. No exercício encerrado em 2010, o resultado das atividades operacionais sofreu um incremento significativo, passando de R\$ 22,9 milhões em 2009 para R\$ 166,0 milhões em 2010. Na comparação dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, em razão do acima mencionado, houve aumento do resultado das atividades operacionais, passando de um prejuízo de R\$5,7 milhões no exercício encerrado em 2008 para um lucro de R\$ 22,9 milhões no exercício encerrado em 2009.

Despesas de impostos sobre o lucro. Em 2011, em razão da tributação pelo regime do lucro real, as despesas de impostos sobre o lucro passaram de R\$ 27,0 milhões em 2010 para R\$ 65,2 milhões em 2011. Em 2010, em função do aumento das receitas, o saldo desta conta sofreu um incremento de 464,3%, totalizando R\$ 27,0 milhões. Em 2009, as despesas de impostos sobre o lucro aumentaram, de R\$0,9 milhão em 2008 para R\$4,8milhões em 2009, como resultado do aumento do lucro tributável da Companhia no período.

Lucro líquido. Em função do mencionado nos itens acima, o lucro da Companhia totalizou R\$ 109,5 milhões, uma diminuição de 21,2% quando comparado com o lucro líquido de 139,0 milhões obtido em 2010. Comparando-se os exercícios de 2010 e 2009, houve um aumento de 768,1% no lucro líquido, de R\$ 16,0 milhões em 2009 para R\$139,0 milhões em 2010. Em 2008, a Companhia registrou prejuízo de R\$ 7,5 milhões, influenciado pela crise financeira mundial e os impactos nas performances dos Fundos Tarpon.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços; e c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Volume de ativos sob gestão. Nos últimos três exercícios sociais (2009, 2010 e 2011), as variações de volume de receitas da Companhia são atribuíveis principalmente as variação dos montantes de recursos sob gestão da Companhia e da performance dos Fundos Tarpon.

As taxas de administração são geradas de acordo com um percentual fixo e/ou variável sobre o valor do patrimônio líquido dos Fundos Tarpon, e reconhecidas na medida da prestação dos respectivos serviços.

As taxas de performance são geradas quando os Fundos Tarpon atingem determinado desempenho, conforme definido nos regulamentos dos fundos, e são reconhecidas no momento em que houver a certeza do seu valor e recebimento. As taxas de performance são calculadas semestralmente e/ou anualmente, conforme cada contrato.

Câmbio. A maioria dos ativos sob gestão dos fundos e carteiras está localizada ou possui exposição significativa ao Brasil, sendo compostos por valores mobiliários de companhias brasileiras e em instrumentos de dívida de emissores brasileiros (principalmente o Governo Federal), os quais são cotados em reais. Na maior parte dos fundos estrangeiros, tanto os ativos sob gestão e o desempenho são determinados em dólares com base na taxa de câmbio entre o dólar e o real em certas datas específicas. Dessa forma, sendo todos os demais itens iguais, a depreciação do real em relação ao dólar reduzirá o valor em dólares dos ativos sob gestão e os retornos em dólares dos fundos estrangeiros.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3. Comentários dos Diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar das demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:

a e b) introdução ou alienação de segmento operacional e constituição, aquisição ou alienação de participação societária;

Em Julho de 2011, foi constituída a subsidiária da Companhia em Nova Iorque, Estados Unidos (TISA NY, Inc.), cujo propósito é a prestação de serviços de assessoria financeira.

Em agosto de 2012, foi consumada a reorganização societária interna da Companhia, por meio da qual (i) a totalidade dos fundos, carteiras e veículos de investimento então sob gestão da Companhia passaram a ser geridos pela Tarpon Gestora de Recursos S.A.; e (ii) a Companhia deixou de desempenhar diretamente a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, passando a atuar exclusivamente como sociedade de participações (*holding*).

c) eventos ou operações não usuais.

Em 2011, não ocorreram eventos ou operações não usuais relevantes que pudessem ter impactado as demonstrações financeiras e os resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4. Comentários dos Diretores sobre:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis; b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis; e

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e individual apresentados. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações contábeis.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

Nos últimos três exercícios sociais (2009, 2010 ou 2011), não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres dos auditores independentes da Companhia.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros).

As demonstrações financeiras individuais da controladora são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o que exige a utilização de julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos e passivos, bem como a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e os valores reportados das receitas e despesas durante os períodos considerados.

O julgamento da Companhia é particularmente relevante na determinação dos valores justos dos ativos financeiros e na avaliação acerca da necessidade de constituição de provisões para os passivos contingentes. Embora a administração da Companhia acredite que seus julgamentos e estimativas foram baseados em premissas razoáveis e com base nas informações disponíveis, tais julgamentos e estimativas estão sujeitos a diversos riscos e incertezas e os resultados reais da Companhia podem diferir de tais julgamentos e estimativas.

Apresentamos a seguir um resumo das políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia. Para maiores informações, recomendamos a leitura das notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

a. Receitas

As receitas são compostas de honorários provenientes dos serviços de gestão de carteira dos Fundos Tarpon, referentes a taxas de administração e de performance. As taxas de administração são geradas de acordo com um percentual fixo e/ou variável sobre o valor do patrimônio líquido dos fundos e reconhecidas à medida da prestação dos respectivos serviços. As taxas de performance são geradas quando o desempenho dos fundos supera um determinado parâmetro ou taxa mínima de rentabilidade (*hurdle rate*), conforme definido nos respectivos regulamentos, e são reconhecidas no momento em que houver a certeza do seu valor e recebimento.

10.5 - Políticas contábeis críticas

b. Instrumentos financeiros não derivativos

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado são destinados a negociação e estão representados por aplicações da Companhia em certificados de depósito bancário e em operações compromissadas. Os juros, os ganhos e as perdas decorrentes do ajuste a valor justo foram reconhecidos nas demonstrações de resultados na rubrica "Resultado com ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado". O valor justo desses ativos é determinado com base no valor ajustado pela taxa de depósito interbancário - DI informado pelo Banco emissor do CDB e da operação compromissada, respectivamente, ao final de cada mês.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa referem-se a saldos em dinheiro e depósitos à vista empregados na administração do capital de giro da Companhia.

c. Redução ao valor recuperável

Os valores contábeis dos ativos da Companhia são revisados a cada data de balanço para determinar se há sinal de perda ao valor de recuperação (*impairment*). Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo. Reconhece-se a perda no valor de recuperação (*impairment*), caso o valor contábil do ativo seja superior ao seu valor recuperável.

10.5 - Políticas contábeis críticas

d. Investimentos em controladas e subsidiária no exterior

Os investimentos em coligadas são demonstrados pelo valor nominal e atualizados pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas.

Os investimentos em controladas e em subsidiária no exterior são demonstrados pelo valor nominal e atualizados pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Contábeis Individuais.

e. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, que consideram o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens e os respectivos valores residuais. As taxas anuais de depreciação são: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos (10%), instalações (10%), sistemas de processamento de dados (20%), sistemas de comunicação e segurança (20%) e licenças de software (25%). As benfeitorias em imóvel de terceiro são depreciadas pelo prazo de vigência do contrato de aluguel (cinco anos), a uma taxa anual de 20%.

f. Benefícios de curto prazo aos empregados e administradores

Os empregados e administradores fazem jus a remuneração fixa, variável e participação no plano semestral de participação nos lucros da Companhia, conforme o caso. Reconhece-se a provisão do valor estimado a pagar a título de participação no lucro semestral em dinheiro, quando a Companhia atender as condições de obrigação legal (condições estabelecidas no plano) ou constituída de pagar o referido valor e quando houver a possibilidade de estimativa confiável da obrigação.

Os empregados e administradores não fazem jus a qualquer tipo de benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

10.5 - Políticas contábeis críticas

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida caso, em consequência de ocorrência passada, a Companhia possua obrigação legal ou constituída que possibilite uma estimativa confiável e desde que a perda seja avaliada como provável. As provisões são determinadas descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa que reflita as condições de mercado em vigor e os riscos característicos do passivo.

h. Plano de opções de compra de ações

Os efeitos do plano de opções de compra de ações são calculados com base no valor justo na data da concessão das opções (outorga) e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados em base pro-rata, pelo período de *vesting* de cada concessão.

i. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

No exercício corrente, a Companhia utiliza como regime tributário o Lucro Real. Dessa forma, a provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre determinados limites. A provisão para contribuição social sobre o lucro antes do imposto de renda é calculada considerando a alíquota de 9%. Os valores recolhidos a título de antecipação de imposto de renda e contribuição social estão sendo contabilizados no ativo como impostos a recuperar (vide nota 18 b).

Cabe destacar que a Companhia adotou o Regime Tributário de Transição (RTT) para apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social, conforme facultado pela Lei no. 11.941/09, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei no. 11.638/09 e pelas demais alterações nas normas contábeis realizadas no contexto de convergência para as IFRS.

As alíquotas de PIS e COFINS são de 1,65% e 7,60%, respectivamente, incidentes apenas sobre as receitas de taxa de administração e performance oriundas dos fundos brasileiros, deduzidas as despesas creditáveis.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A alíquota de ISS incidente sobre as receitas de gestão de carteira, incluindo a gestão de fundos brasileiros e gestão direta de fundos e carteiras estrangeiros, passou para 2%.

PIS, COFINS e ISS são contabilizados como despesas de impostos sobre faturamento.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, decorrentes do imposto a compensar sobre lucros auferidos no exterior, foram constituídos considerando a expectativa de provável realização até o final do exercício.

j. Outros ativos e passivos

Os outros ativos foram demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base “pro-rata” dia) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária. Os outros passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base “pro-rata” dia) incorridos.

k. Recebíveis

Os recebíveis são registrados pelos valores de realização, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

l. Divulgações financeiras por segmento

Um segmento é um componente da Companhia que se dedica a fornecer produtos ou prestar serviços (segmento de negócios), ou a fornecer produtos ou prestar serviços em um ambiente econômico particular (segmento geográfico), que está sujeito a riscos e recompensas diferentes daqueles de outros segmentos.

A Companhia realiza apenas um tipo de negócio (prestação de serviços relacionados com a gestão de carteiras) e, conseqüentemente, não é apresentada nenhuma divisão secundária do segmento por tipo de negócio.

10.5 - Políticas contábeis críticas

m. Resultado abrangente

Resultante do lucro líquido dos trimestres correntes e da variação cambial resultante da consolidação das subsidiárias no exterior.

n. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

o. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado por meio do resultado do trimestre/semestre findos em 30 de junho de 2012 atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelo potencial exercício das opções de compra das ações, com efeito diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

10.6. Comentários dos Diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las; e

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia pretende continuar a acompanhar novas tecnologias e buscará continuamente o aprimoramento de seus controles.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Os últimos relatórios de recomendações acerca de controles internos, preparados pelos auditores independentes da Companhia, não apresentaram pontos relevantes relacionados à preparação e assertividade das demonstrações financeiras.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

10.7. Comentários dos Diretores sobre aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

A Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos três exercícios sociais (2009, 2010 e 2011).

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos; e

Em 31 de dezembro de 2011, não havia qualquer ativo ou passivo que não estivesse refletido nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2011, não havia outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.9. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

Não aplicável.

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

Não aplicável.

b) natureza e o propósito da operação; e

Não aplicável.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não aplicável.

10.10 - Plano de negócios

10.10. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; ii) fontes de financiamento dos investimentos; iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não há investimentos relevantes em andamento e/ou previstos pela Companhia.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Atualmente, a Companhia não pretende adquirir plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

No curso normal de suas atividades, a Companhia celebra contratos de prestação de serviços de gestão relativos a fundos e carteiras de recursos de terceiros. Os custos de constituição de tais fundos e carteiras são geralmente arcados pelos próprios cotistas.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

A Companhia acredita que não existam outros fatores que influenciariam de maneira relevante o seu desempenho operacional e que não tenham sido discutidos nesta seção.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não divulga projeções e estimativas.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

A Companhia não divulga projeções e estimativas.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a) Atribuições de cada órgão e comitê

A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela diretoria, sendo que a sua composição e funcionamento são regulados pelo Estatuto Social da Companhia, pela Lei das S.A. e pela regulamentação aplicável.

Compete ao Conselho de Administração, além de outras competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pelo Estatuto Social:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, incluindo a aprovação e alteração do orçamento anual e a determinação das metas e estratégias de negócios para o período subsequente;
- (ii) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as competências, observado o quanto disposto neste Estatuto Social;
- (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e documentos da Companhia, bem como solicitar informações acerca de contratos celebrados ou em via de celebração pela Companhia ou acerca de quaisquer outros atos envolvendo a Companhia;
- (iv) fixar a remuneração individual dos Administradores, observado o montante global aprovado pela Assembleia Geral e a recomendação não vinculante do Comitê de Remuneração da Companhia;
- (v) aprovar os regimentos internos dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração e respectivas alterações;
- (vi) apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras relativas a cada exercício social e deliberar acerca da sua submissão à Assembleia Geral;
- (vii) apresentar à Assembleia Geral proposta de destinação do lucro líquido do exercício;
- (viii) submeter à Assembleia Geral proposta de reforma deste Estatuto Social;
- (ix) manifestar-se previamente acerca de qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral;
- (x) deliberar acerca da convocação da Assembleia Geral Ordinária, observado o quanto disposto no artigo 132 da Lei das S.A., e da Assembleia Geral Extraordinária, quando julgar conveniente;
- (xi) decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável;
- (xii) aprovar seu próprio orçamento de despesas, que deverá ser incluído no orçamento anual da Companhia a ser submetida à aprovação da Assembleia Geral;
- (xiii) autorizar previamente a celebração de contratos de qualquer natureza, inclusive transações e renúncias a direitos, que resultem em assunção de responsabilidade em valor igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), considerados individual ou conjuntamente no período de 1 (um) ano, e que não estejam previstos no orçamento anual;
- (xiv) aprovar previamente qualquer empréstimo, financiamento, emissão ou cancelamento de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real da Companhia e suas subsidiárias;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (xv) deliberar a respeito da assunção, garantia, endosso ou responsabilização (diretamente, sob condição ou por outro modo) de quaisquer obrigações de terceiros que envolvam a Companhia que, isoladamente ou em conjunto, no período de 1 (um) ano, superem o montante de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (xvi) autorizar previamente a aquisição, alienação ou constituição de ônus reais ou gravames de qualquer natureza sobre bens do ativo permanente da Companhia em operações que envolvam montante igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), devendo ser consideradas as operações concluídas individual ou conjuntamente no período de 1 (um) ano, e que não estejam previstas no orçamento anual;
- (xvii) deliberar acerca da emissão de ações ou bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado, e de debêntures simples não conversíveis em ações, fixando o preço de emissão, forma de subscrição e integralização e outras condições da emissão;
- (xviii) estabelecer a competência da Diretoria para a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, tais como *bonds*, *notes*, *commercial papers* ou outros de uso comum no mercado, deliberando, ainda, acerca de suas condições de emissão e resgate, podendo, nos casos que assim deliberar, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato;
- (xix) de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a Administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, bem como a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações, observada a recomendação não vinculante do Comitê de Remuneração;
- (xx) estabelecer o valor da participação nos lucros dos Administradores e empregados da Companhia, observada a recomendação não vinculante do Comitê de Remuneração;
- (xxi) escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários acerca de qualquer matéria de sua alçada;
- (xxii) autorizar a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;
- (xxiii) definir a lista tríplice de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado, nos termos do Capítulo X, Seção I e Seção II deste Estatuto Social.
- (xxiv) exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas pela Assembleia Geral nos termos da Lei das S.A. e deste Estatuto Social;
- (xxv) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem a emissão de novas ações;
- (xxvi) observadas as normas deste Estatuto Social e da legislação vigente, dispor sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (xxvii) autorizar o levantamento de balanços semestral ou com periodicidade inferior para fins de pagamento de dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio, nos termos do artigo 204 da Lei das S.A. e deste Estatuto Social;
- (xxviii) deliberar sobre programas de recompra de ações dentro do capital autorizado;
- (xxix) deliberar pela contratação, pela Companhia ou suas subsidiárias, de novos Administradores e empregados ou celebrar contratos de prestação de serviços com administrador ou empregado, em cada caso com um salário-base anual (não incluídos honorários, gratificações e outra remuneração ou benefícios indiretos) em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (xxx) celebrar qualquer contrato entre a Companhia e/ou suas subsidiárias e qualquer de seus acionistas, Administradores, partes relacionadas e qualquer de suas respectivas afiliadas, em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), isolada ou conjuntamente, no período de 1 (um) ano;
- (xxxi) deliberar sobre qualquer compra, aquisição, venda, locação, licença ou alienação por outra forma, de quaisquer ativos relevantes ou bens imóveis, inclusive no que concerne ativos intangíveis da Companhia e/ou suas subsidiárias, de valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), isolada ou conjuntamente, no período de 1 (um) ano;
- (xxxii) deliberar sobre o cancelamento ou quitação de qualquer gravame ou o pagamento ou quitação de qualquer obrigação ou responsabilidade relevante (fixa ou contingente) que não seja usual aos negócios da Companhia e/ou de suas subsidiárias ou que, estando inserida no curso normal dos negócios da Companhia e/ou de suas subsidiárias, seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), isolada ou conjuntamente, no período de 1 (um) ano; e
- (xxxiii) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

A diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo aos Diretores cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social da Companhia, as deliberações da assembleia geral e do Conselho de Administração, bem como a prática, dentro das suas atribuições, de todos os atos de gestão dos negócios sociais e dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia.

Compete à diretoria administrar e gerir os negócios da Companhia, devendo, em especial:

- (i) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;
- (ii) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar todas as operações da Companhia, incluindo as áreas contábil, financeira, administrativa e de recursos humanos;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (iii) dirigir e distribuir os serviços e tarefas da administração interna da Companhia;
- (iv) contratar ou desligar funcionários investidos de funções gerenciais;
- (v) abrir e movimentar contas bancárias;
- (vi) realizar operações financeiras, assinar contratos e distratos, constituir ônus reais e prestar de avais, fianças e garantias, observadas as regras previstas neste Estatuto Social e na Lei das S.A.;
- (vii) emitir, endossar, aceitar, descontar e empenhar duplicatas, faturas, letras de câmbio, cheques, notas promissórias, *warrants* ou qualquer outro título de crédito;
- (viii) elaborar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- (ix) propor, ao Conselho de Administração, o orçamento anual, o plano de negócios e o orçamento de capital da Companhia;
- (x) exercer as funções inerentes a outras competências que lhe forem atribuídas pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração; e
- (xi) decidir acerca de qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

b) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação de comitês

O Conselho Fiscal da Companhia não é permanente e, até a presente data, não foi instalado.

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia possui Comitê de Auditoria e Compliance, estruturado como um Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), nos termos da Instrução CVM nº509, composto por, no mínimo, 3 membros indicados pelo Conselho de Administração, sendo 1 deles membro do Conselho de Administração e a maioria de membros independentes. Há também o Comitê de Remuneração e Participação, composto por, no mínimo, 2 membros, sendo 1 deles, necessariamente, conselheiro independente (conforme definido no Estatuto Social), a quem cabe o voto de qualidade no caso de empate das deliberações.

c) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão

Atualmente não há mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê.

d) Atribuições e poderes individuais dos membros da diretoria

Além de outras competências que lhes tenham sido atribuídas pelo Conselho de Administração, compete (i) ao Diretor Presidente convocar e presidir as reuniões da diretoria, orientar e coordenar a atuação da diretoria e dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia; (ii) ao Diretor de Relações com os Investidores a prestação de informações aos investidores, à CVM e à bolsa de valores ou mercado de balcão onde forem negociados os valores mobiliários de emissão da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

e) Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Atualmente, não há mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a) Prazo de convocação

As assembleias gerais da Companhia são convocadas com 15 dias de antecedência, no mínimo, em primeira convocação e, se necessário, com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência em segunda convocação, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da Lei das Sociedades por Ações.

b) Competências

Sem prejuízo das demais competências fixadas em lei e no Estatuto Social, competirá privativamente à assembleia geral:

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia;
- (ii) reformar o Estatuto Social;
- (iii) atribuir bonificações em ações e decidir acerca de eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- (iv) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, acerca da destinação do lucro do exercício e da distribuição de dividendos;
- (v) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- (vi) eleger e destituir os membros do conselho fiscal, se instalado;
- (vii) eleger o liquidante, bem como o conselho fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- (viii) fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, assim como a dos membros do conselho fiscal, se instalado, observando quanto à remuneração do conselho fiscal o quanto disposto no § 3º do artigo 162 da Lei das S.A.;
- (ix) aprovar planos de outorga de opções de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, bem como a pessoas que lhes prestem serviços;
- (x) aprovar a atribuição de participação nos lucros aos administradores, observados os limites legais, e aos empregados, considerando a política de recursos humanos da Companhia, e considerando as recomendações não vinculantes do Comitê de Remuneração da Companhia;
- (xi) deliberar acerca do cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- (xii) deliberar acerca da saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros;
- (xiii) escolher, dentre aquelas indicadas pelo Conselho de Administração, a instituição ou empresa especializada que ficará responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia e preparação do respectivo laudo, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de saída do Novo Mercado, conforme previsto na Seção II, do Capítulo X do Estatuto Social;
- (xiv) deliberar acerca da incorporação da Companhia, ou incorporação de ações envolvendo a Companhia, bem como deliberar acerca da fusão, cisão, transformação ou dissolução da Companhia,
- (xv) suspender o exercício de direitos de acionista, nos termos do artigo 120 da Lei das S.A.;
- (xvi) deliberar acerca de pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial;
- (xvii) deliberar a respeito de qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração;
- (xviii) alterar as atribuições do Conselho de Administração da Companhia;
- (xix) alterar as vantagens ou direitos relativos às ações ou outros valores mobiliários de emissão da Companhia;

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

- (xx) alterar a política de dividendos;
- (xxi) aprovar a participação em grupo de sociedades;
- (xxii) reduzir o dividendo obrigatório;
- (xxiii) alterar o objeto social da Companhia; e
- (xxiv) deliberar a cessação do estado de liquidação da Companhia.

c) Endereços nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereço físico: sede da Companhia, localizada na Rua Iguatemi, n.º 151, 23º andar, São Paulo, SP, Brasil.

Endereços eletrônicos: www.tarponinvest.com.br; www.bovespa.com.br; www.cvm.gov.br.

d) Identificação e administração de conflitos de interesses

É vedado a qualquer acionista intervir em qualquer deliberação em que tiver ou representar interesse conflitante com o da Companhia. Considerar-se-á abusivo, para fins do disposto no artigo 115 da Lei das S.A., o voto proferido por acionista em deliberação em que o tal acionista tenha ou represente interesse conflitante com o da Companhia.

e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia e sua administração não solicitaram e não tem por política solicitar procurações para o exercício do direito de voto.

f) Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas

Para que possa participar da assembleia geral, votando nas matérias a serem deliberadas, o acionista deverá entregar na sede da Companhia, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência da data da realização da respectiva assembleia geral, os seguintes documentos:

- (i) comprovante expedido, na forma do artigo 126 da Lei das S.A., pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, até 5 (cinco) dias antes da data da realização da assembleia geral;
- (ii) instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes do representante legal do acionista, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social; e
- (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido, pela Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia ou outro órgão competente, no máximo 5 (cinco) dias antes da data da realização da assembleia geral.

A Companhia não admite a outorga de procurações por meio eletrônico.

g) Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

h) Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

A Companhia não transmite ao vivo o áudio e/ou vídeo das assembleias.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

i) Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

A Companhia não disponibiliza mecanismos para permitir a inclusão de propostas formuladas por acionistas.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	07/02/2012
		Jornal da Tarde - SP	07/02/2012
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	23/02/2012
		Jornal da Tarde - SP	23/02/2012
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	10/03/2012
		Jornal da Tarde - SP	10/03/2012
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	08/02/2011
		Jornal da Tarde - SP	05/02/2011
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	22/02/2011
		Jornal da Tarde - SP	22/02/2011
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	09/03/2011
		Jornal da Tarde - SP	09/03/2011
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	11/02/2010
		Jornal da Tarde - SP	11/02/2010
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	06/03/2010
		Jornal da Tarde - SP	08/03/2010
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	23/03/2010
		Jornal da Tarde - SP	23/03/2010

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a) Frequencia das reuniões

O Conselho de Administração reúne-se:

- (i) pelo menos trimestralmente em caráter ordinário, conforme calendário a ser divulgado sempre no primeiro mês de cada exercício social pelo seu Presidente; e
- (ii) extraordinariamente, sempre que necessário.

b) Disposições de acordos de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Nos termos do acordo de acionistas da Silver King Participações Ltda., celebrado em 10 de julho de 2009, os conselheiros por esta indicados devem votar de acordo com a deliberação tomada em reunião prévia de seus cotistas.

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Nenhum membro do Conselho de Administração em situação de interesse conflitante com os interesses da Companhia, nos termos da lei, poderá ter acesso a informações, participar de deliberações e discussões do Conselho de Administração ou de quaisquer órgãos da administração, exercer o voto ou de qualquer forma intervir nas reuniões desse órgão da administração.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado, ficam obrigados a resolver por meio de arbitragem toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Estatuto Social da Companhia, nas disposições da Lei das S.A., nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Regulamento de Sanções, a qual deve ser conduzida junto à Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, de conformidade com o Regulamento da referida Câmara.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Pedro de Andrade Faria	37	Pertence apenas à Diretoria	15/03/2013	RCA após AGO de 2015
271.782.078-76	Administrador de Empresas	Diretor Presidente e DRI da Companhia	15/03/2013	Sim
Membro do Comitê de Remuneração e Participação				
Fabio Hering	53	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/03/2013	AGO de 2015
006.283.238-75	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	04/03/2013	Sim
Membros do Comitê de Auditoria e Compliance e do Comitê de Remuneração e Participação				
Rodrigo Reghini Vieira	40	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/03/2013	AGO de 2015
246.825.328-04	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/03/2013	Sim
Membro do comitê de Remuneração e Participação				
Miguel Gomes Ferreira	36	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/03/2013	AGO de 2015
283.617.668-71	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/03/2013	Sim
Fernando Shayer	39	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/03/2013	AGO de 2015
066.182.178-14	Advogado e Economista	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	04/03/2013	Sim
Horácio Lafer Piva	55	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/03/2013	AGO de 2015
038.613.618-17	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	04/03/2013	Sim
Membro do Comitê de Auditoria e Compliance e do Comitê de Remuneração e Participação				
José Carlos Reis de Magalhães Neto	34	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	04/03/2013	AGO de 2015
286.951.128-02	Administrador de Empresas	Diretor sem designação específica e Membro do Conselho de Administração (efetivo)	04/03/2013	Sim

José Carlos é Diretor sem designação específica e Presidente do Conselho de Administração.

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Pedro de Andrade Faria - 271.782.078-76

Pedro é Diretor Presidente e de Relação com Investidor, além de membro do Comitê de Remuneração e Participação da Companhia. Pedro também é o diretor presidente da Tarpon Gestora de Recursos S.A., subsidiária integral da Companhia. Além disso, é membro do conselho de administração da BRF, Cremer S.A., Omega Energia Renovável S.A., AGV Holding S.A., Morena Rosa Indústria e Comércio de Confecções S.A., Cia Acqua, e Arezzo. Pedro foi Diretor Financeiro/RI da Brasilagro desde sua fundação até fevereiro de 2007. Antes de juntar-se à Tarpon, foi sócio-diretor do Pátria Investimentos, responsável por monitoramento de portfólio de private equity. Também trabalhou no Chase Manhattan Bank e no Patrimônio/Salomon Brothers. Pedro graduou-se em Administração de Empresas na Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, e fez MBA na Universidade de Chicago.

Pedro de Andrade Faria informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Fabio Hering - 006.283.238-75

Formado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). O Sr. Fabio Hering é membro da diretoria da Cia Hering desde 2 de maio de 1986, tendo assumido em 28 de abril de 2009 o cargo de Diretor Presidente. Possui especializações em Marketing, Finanças, Economia e Estratégia. Há vinte e dois anos trabalha na Cia Hering, tendo atuado como trainee, Diretor de Divisão Fashion, Diretor de Operações, Vice-presidente e Diretor de Relações com Investidores.

Fabio Hering informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Rodrigo Reghini Vieira - 246.825.328-04

Rodrigo ingressou na Companhia em 2011. Atualmente é o responsável pela gestão de pessoas na Tarpon Gestora de Recursos S.A. e empresas investidas, além de membro do Comitê de Remuneração e Participação da Companhia e diretor da Tarpon Gestora de Recursos S.A.. Rodrigo tem 17 anos de experiência profissional tendo atuado como consultor, executivo e empreendedor. Foi engenheiro na Ericsson Telecomunicações, sócio fundador do Arremate.com, Diretor da K2 Achievements e membro do Comitê Executivo do Grupo BMG. Rodrigo graduou-se em Engenharia Elétrica na Escola Politécnica da USP, em São Paulo, e tem MBA pela J.L. Kellogg School of Management, em Evanston-US.

Rodrigo Reghini Vieira informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Miguel Gomes Ferreira - 283.617.668-71

Miguel juntou-se à Tarpon em 2008 e atua no time de Desenvolvimento de Negócios da Tarpon Gestora de Recursos S.A, empresa da qual também é diretor. Miguel possui mais de treze anos de experiência no mercado financeiro. Antes da Tarpon, trabalhou no Unibanco, onde foi responsável pela cobertura de clientes corporativos. Miguel iniciou sua carreira no Banco BBA Creditanstalt em São Paulo, onde trabalhou como associado durante quatro anos. Após o BBA, trabalhou na Estáter Gestão e Finanças (consultoria de fusões e aquisições). Miguel é formado em Administração de Empresas na Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), em São Paulo, e concluiu seu MBA na London Business School – Reino Unido.

Miguel Gomes Ferreira informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Fernando Shayer - 066.182.178-14

Fernando é responsável pela estruturação de negócios e monitoramento de companhias investidas na Tarpon Gestora de Recursos S.A., sendo também diretor e membro do Comitê de Investimentos desta. Anteriormente, foi sócio do escritório de advocacia Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados. Foi advogado internacional no Skadden, Arps, Slate, Meagher and Flom LLP, em Nova Iorque, e no Banco CCF no Brasil. Exerce função de conselheiro de administração nas empresas Omega Energia Renovável S.A., Companhia Acqua e Morena Rosa Indústria e Comércio de Confecções S.A.. Fernando é bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) e em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), bem como é mestre em Direito (LL.M) pela Universidade de Columbia em Nova York.

Fernando Shayer informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Horácio Lafer Piva - 038.613.618-17

Horácio foi presidente do conselho de administração da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP/CIESP/SESI/SENAI/IRS) de 1998 a 2004, e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) de 1998 a 2000. Atualmente, é presidente do conselho de administração da BRACELPA (Associação Brasileira de Papel e Celulose) e da AACD (Associação de Assistência à Criança Deficiente). É também membro do conselho de administração da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), do Grupo Martins, da Fundação Antônio Prudente/Hospital do Câncer, e da Fundação Osesp. O Sr. Horácio também é membro do conselho de administração da Klabin S.A., da Atmosfera - Higienização de Têxteis S.A. e da Redecard S/A. O Sr. Horácio especializou-se em Economia e concluiu o programa de especialização em Negócios pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo.

Horácio Lafer Piva informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Carlos Reis de Magalhães Neto - 286.951.128-02

José Carlos Reis de Magalhães Neto - José Carlos é o fundador e Presidente do Conselho de Administração e diretor sem designação específica da Companhia, e Diretor de Investimentos da subsidiária integral Tarpon Gestora de Recursos S.A.. Além disso, José Carlos faz parte do Conselho de Administração da BRF e da Cia Aqqua. Anteriormente, José Carlos foi gestor de portfólio no banco Patrimônio/Salomon Brothers, trabalhou como associado no JP Morgan/Chase e como analista na GP Investimentos. José Carlos graduou-se em Administração de Empresas na Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo.

José Carlos Reis de Magalhães Neto informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Fabio Hering	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	15/03/2013	RCA após AGO 2015
006.283.238-75			53	15/03/2013	
Membro Independente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Remuneração e Participação.		Formado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). O Sr. Fabio Hering é membro da diretoria da Cia Hering desde 2 de maio de 1986, tendo assumido em 28 de abril de 2009 o cargo de Diretor Presidente. Possui especializações em Marketing, Finanças, Economia e Estratégia. Há vinte e dois anos trabalha na Cia Hering, tendo atuado como trainee, Diretor de Divisão Fashion, Diretor de Operações, Vice-presidente e Diretor de Relações com Investidores.			
		Fabio Hering informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.			
Horácio Lafer Piva	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	15/03/2013	RCA após AGO 2015
038.613.618-17			55	15/03/2013	
Membro Independente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Remuneração e Participação.		Horácio foi presidente do conselho de administração da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP/CIESP/SESI/SENAI/IRS) de 1998 a 2004, e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) de 1998 a 2000. Atualmente, é presidente do conselho de administração da BRACELPA (Associação Brasileira de Papel e Celulose) e da AACD (Associação de Assistência à Criança Deficiente). É também membro do conselho de administração da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), do Grupo Martins, da Fundação Antônio Prudente/Hospital do Câncer, e da Fundação Osesp. O Sr. Horácio também é membro do conselho de administração da Klabin S.A., da Atmosfera - Higienização de Têxteis S.A. e da Redecard S/A. O Sr. Horácio especializou-se em Economia e concluiu o programa de especialização em Negócios pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo.			
		Horácio Lafer Piva informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.			
Walter Iorio	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Contador	15/03/2013	RCA após AGO 2015
051.364.908-53			67	15/03/2013	
		Walter Iorio é ex-sócio da KPMG Brasil, onde foi responsável por auditorias de instituições financeiras, seguradoras e entidades de previdência privada. É membro do Grupo de Trabalho de especialistas em instituições financeiras do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON). Foi reeleito para a gestão 2010/2013, membro do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRC-SP). Foi Presidente do Comitê de Auditoria da Tokio Marine Brasil Seguradora S.A. e da Tokio Marine Seguradora S.A., de 2006 a 2011. Foi membro do Comitê de Auditoria da Sul América Companhia Nacional de Seguros e da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A., de 2006 a 2011 e da Sul América Companhia de Seguros Gerais de 2008 a 2011. Foi Diretor Superintendente da KPMG PREV – Sociedade de Previdência Privada, de 2000 a 2009. Em abril 2011 foi eleito membro do Conselho de Administração do Banco Indusval S.A.(companhia aberta). Formado em Contabilidade pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo, da Fundação Álvares Penteado (1969). Walter não sofreu qualquer tipo de condenação.			

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Fabio Hering	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de empresas	15/03/2013	RCA após AGO 2015
006.283.238-75			53	15/03/2013	
Membro Independente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria e Compliance					
Horácio Lafer Piva	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	15/03/2013	RCA após AGO 2015
038.613.618-17			55	15/03/2013	
Membro Independente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria e Compliance					
Pedro de Andrade Faria	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de empresas	15/03/2013	RCA após AGO 2015
271.782.078-76			37	15/03/2013	
Diretor Presidente e Diretor de Relação com Investidores					
Rodrigo Reghini Vieira	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	15/03/2013	RCA após AGO 2015
246.825.328-04			40	15/03/2013	
Membro do Conselho de Administração da Companhia					

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2011**Administrador do Emissor**

José Carlos Reis de Magalhães Neto

286.951.128-02

Controle

Controlador Direto

Diretor Presidente e de Investimentos e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Silver King Participações Ltda.

10.628.571/0001-29

Observação**Administrador do Emissor**

Marcelo Guimarães Lopo Lima

132.483.688-10

Controle

Controlador Direto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Silver King Participações Ltda.

10.628.571/0001-29

Observação**Administrador do Emissor**

Fernando Shayer

066.182.178-14

Controle

Controlador Direto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Silver King Participações Ltda.

10.628.571/0001-29

Observação**Administrador do Emissor**

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Cargo/Função Pedro de Andrade Faria Membro do Conselho de Administração	271.782.078-76	Controle	Controlador Direto
--	----------------	----------	--------------------

Pessoa Relacionada

Silver King Participações Ltda.	10.628.571/0001-29		
---------------------------------	--------------------	--	--

Observação**Administrador do Emissor**

Eduardo Silveira Mufarej Membro do Conselho de Administração	263.395.488-06	Controle	Controlador Direto
---	----------------	----------	--------------------

Pessoa Relacionada

Silver King Participações Ltda.	10.628.571/0001-29		
---------------------------------	--------------------	--	--

Observação**Exercício Social 31/12/2010****Administrador do Emissor**

José Carlos Reis de Magalhães Neto Diretor Presidente e de Investimentos e Presidente do Conselho de Administração	286.951.128-02	Controle	Controlador Direto
---	----------------	----------	--------------------

Pessoa Relacionada

Silver King Participações Ltda.	10.628.571/0001-29		
---------------------------------	--------------------	--	--

Observação**Administrador do Emissor**

Eduardo Silveira Mufarej	263.395.488-06	Controle	Controlador Direto
--------------------------	----------------	----------	--------------------

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Diretor de Relações com Investidores			
<u>Pessoa Relacionada</u> Silver King Participações Ltda.	10.628.571/0001-29		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Marcelo Guimarães Lopo Lima Conselheiro	132.483.688-10	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> Silver King Participações Ltda.	10.628.571/0001-29		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Fernando Shayer Conselheiro	066.182.178-14	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> Silver King Participações Ltda.	10.628.571/0001-29		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Pedro de Andrade Faria Conselheiro	271.782.078-76	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> Silver King Participações Ltda.	10.628.571/0001-29		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia mantém vigente o seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores (D&O), o qual visa garantir aos administradores da Companhia o pagamento o reembolso de despesas arcadas pelos administradores decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor. A atual apólice prevê a cobertura de no limite de até US\$ 75 milhões.

A Companhia mantém termos de compromisso pelos quais se compromete a isentar e manter seus administradores indenados contra perdas, danos, prejuízos e despesas, potenciais ou efetivos, derivadas direta ou indiretamente de ato, ação ou omissão do administrador no exercício de suas atribuições na Companhia, suas subsidiárias e fundos sob sua gestão.

A Companhia não firmou qualquer acordo objetivando o encerramento de processos administrativos ou judiciais, movidos contra administradores da Companhia em decorrência do exercício de suas funções.

12.12 - Outras informações relevantes

Não há informações adicionais a serem prestadas

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a) Objetivos da política ou prática da remuneração

Os principais objetivos da política de remuneração da Companhia consistem em: (i) alinhamento de interesses dos executivos e colaboradores com o objetivo primordial de geração de valor para os acionistas da Companhia, e (ii) preservação da meritocracia, de modo que a remuneração de cada executivo seja proporcional à sua contribuição com o resultado da Companhia.

b) Composição da remuneração

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

De modo a atingir os objetivos da política de remuneração, os executivos da Companhia (diretores estatutários e não estatutários) fazem jus à remuneração composta pelos seguintes elementos: (1) remuneração fixa (pró-labore); e (2) remuneração variável (bônus ou PLR, conforme o caso) semestral, baseada em indicadores de desempenho quantitativos e qualitativos definidos periodicamente.

Além disso, a Companhia oferece a seus executivos participação no plano de opção de compra de ações, com o objetivo de investimento de longo prazo, que não faz parte, tampouco possui natureza de remuneração. Atualmente, não faz parte de política da Companhia a outorga de opções de compra de ações a membros do Conselho de Administração pelo exercício de tal função, sendo certo que conselheiros que não são independentes são titulares de opções na qualidade de diretores executivos e vice-presidentes.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia é composta somente de pró-labore. Os membros dos comitês estatutários que fazem parte do Conselho de Administração ou da Diretoria da Companhia não fazem jus a remuneração adicional em razão de sua participação em referidos comitês. Os demais membros fazem jus a pagamentos trimestrais pela participação nos comitês.

(ii) Proporção de cada elemento na remuneração total

Exercício social de 2011:

Elemento	Participação na remuneração total
Remuneração fixa	8,30%
Bônus ou PLR	91,70%
Total	100,00%

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores referentes a pró-labore são determinados periodicamente de acordo com práticas de mercado para empresas de setores similares à Companhia.

A remuneração variável dos diretores estatutários será determinada pelo Conselho de Administração da Companhia, levando-se em consideração as recomendações não vinculativas do comitê de remuneração e participação da Companhia. A remuneração variável dos diretores não estatutários é determinada de acordo com as métricas do PLR da Companhia.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

A Companhia acredita que a combinação dos elementos que compõe a remuneração esteja alinhada com as perspectivas de rentabilidade e riscos inerentes aos negócios da Companhia.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração; d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho; e e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.

A Companhia adota como indicadores de desempenho metas empresariais qualitativas e quantitativas. Dentre as metas quantitativas, estão incluídos, dentre outros, o acompanhamento do resultado global da Companhia mensurado pelo lucro líquido. São realizadas avaliações periódicas para mensurar desempenho individual, com base em metas específicas estabelecidas no PLR.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2012 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	2,00		8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	312.000,00	1.112.233,20		1.424.233,20
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	15.000.000,00		15.000.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	312.000,00	16.112.233,20		16.424.233,20

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	3,00	0,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	289.040,00	1.390.889,00	0,00	1.679.929,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	15.367.662,00	0,00	15.367.662,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	289.040,00	16.758.551,00	0,00	17.047.591,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	2,00	0,00	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	180.000,00	707.839,00	0,00	887.839,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.509.049,00	0,00	2.509.049,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	180.000,00	3.216.888,00	0,00	3.396.888,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	2,00	0,00	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	216.000,00	609.118,00	0,00	825.118,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	508.640,00	0,00	508.640,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	2.320.480,00	0,00	2.320.480,00
Observação				
Total da remuneração	216.000,00	3.438.238,00	0,00	3.654.238,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

2012 - Remuneração prevista

Os valores abaixo são meras estimativas e podem ser alterados, de modo que não é possível assegurar que tais valores estimados serão efetivamente verificados.

O conselho fiscal da Companhia não está instalado no exercício social de 2012, razão pela qual não são apresentados os valores previstos para remuneração dos membros deste órgão.

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Total</u>
Número de membros	6	2	-
Bônus	0	R\$ 18.075.767,00	R\$ 18.075.767,00
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 18.075.767,00	R\$ 18.075.767,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	0	0	N/A

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

2011

O conselho fiscal da Companhia não estava instalado no exercício social de 2011, razão pela qual não são apresentados os valores previstos para remuneração dos membros deste órgão.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	7	3	6
Bônus	0	R\$ 17.382.776,00	R\$ 17.382.776,00
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 17.382.776,00	R\$ 17.382.776,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	0	0	N/A

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

2010

O conselho fiscal da Companhia não estava instalado no exercício social de 2010, razão pela qual não são apresentados os valores previstos para remuneração dos membros deste órgão.

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Total</u>
Número de membros	6	2	6
Bônus	0	R\$ 2.509.049,00	R\$ 2.509.049,00
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 10.932.000,00	R\$ 10.932.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	R\$ 2.509.049,00	R\$ 2.509.049,00
Participação no resultado	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	0	0	N/A

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

2009

O conselho fiscal da Companhia não estava instalado no exercício social de 2009, razão pela qual não são apresentados os valores previstos para remuneração dos membros deste órgão.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	6	2	-
Bônus	0	R\$ 508.640,00	R\$ 508.640,00
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 9.174.88,001	R\$ 9.174.881,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	R\$ 508.640,00	R\$ 508.640,00
Participação no resultado	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4

a) Termos e condições gerais

Em 16 de fevereiro de 2009, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opções de compra de ações (“Plano”), com base no qual serão emitidas opções que concederão a seus titulares o direito de adquirir ações representando até 25% das ações de emissão da Companhia, em bases totalmente diluídas. O Plano foi alterado em 30 de novembro de 2009, 18 de agosto de 2010 e 18 de junho de 2012.

b) Principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir que administradores e empregados da Companhia (incluindo-se aqueles vinculados a investidas dos Fundos Tarpon e as subsidiárias da Companhia), bem como pessoas físicas prestadoras de serviços para a Companhia (“Participantes”), adquiram ações ordinárias da Companhia, visando a alinhar interesses dos acionistas da Companhia aos de seus administradores e executivos e, assim, incentivá-los a contribuir substancialmente para o sucesso da Companhia.

c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano poderá gerar benefícios aos Participantes, que poderão receber parte do valor que vier a ser gerado pela Companhia, e aos acionistas da Companhia, que contarão com Participantes incentivados a, cada vez mais, prestarem os serviços de forma a maximizar os resultados da Companhia.

d) Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O Plano representa ferramenta de alinhamento dos interesses dos acionistas, administradores, executivos e funcionários da Companhia no longo prazo. O Plano não tem natureza remuneratória.

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

No curto prazo e médio prazo, o principal elemento de alinhamento consiste nas outorgas anuais de novas opções. Além disso, em razão do contínuo prazo de *vesting* (20% ao ano), do extenso prazo de exercício das opções objeto do Plano (5 anos) e da restrição à alienação das ações adquiridas em decorrência do exercício das opções pelos Participantes pelo período de 12 meses, acreditamos que o Plano confira incentivos de médio e longo prazo para alinhamento entre os Participantes e a Companhia.

f) Número máximo de ações abrangidas

O Plano abrange até 25% do total de ações emitidas pela Companhia, em bases totalmente diluídas.

g) Número máximo de opções a serem outorgadas

Cada Opção equivale a uma ação de emissão da Companhia. Em 31 de dezembro de 2011, o número máximo de opções do Plano disponíveis para outorga era de 1.405.967 opções.

h) Condições de aquisição de ações

As opções objeto do Plano passaram(ão) a ser exercíveis nas proporções e em cada uma das datas abaixo relacionadas (“Datas de Vesting”):

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

- (i) a primeira parcela das opções inicialmente outorgadas em 10 de março de 2009 tornou-se exercível na proporção de 20% em 10 de março de 2009 e 20% em 1º de julho de 2009. Em cada um dos três aniversários subsequentes à 1º de julho de 2009, 20% das ações tornar-se-ão exercíveis;
- (ii) a segunda parcela das opções inicialmente outorgadas em 10 de março de 2009 tornou-se exercível na proporção de 20% em 1º de julho de 2009. Em cada um dos quatro aniversários subsequentes à 1º de julho de 2009, 20% das ações tornar-se-ão exercíveis;
- (iii) as opções inicialmente outorgadas a partir de 1º de julho de 2009 tornar-se-ão exercíveis na proporção de 20% em cada dia 1º de julho dos cinco exercícios sociais subsequentes à respectiva data de outorga;

Nenhum participante poderá alienar as ações adquiridas por meio do exercício das opções pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data de exercício da respectiva opção.

i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das opções outorgadas será o maior valor entre: (i) R\$5,60 (cinco reais e sessenta centavos) por ação, ajustado nos termos e limites do item 5.4(c) do Plano, desde a data de aprovação inicial do Plano até a data de outorga da respectiva Opção; e (ii) 75% da cotação de mercado das Ações na BM&FBOVESPA, no fechamento do pregão anterior à data de outorga da respectiva opção. Tal Preço de Exercício estará sujeito a ajustes subsequentes, nos termos e limites do item 5.4 (c) do Plano.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício

Cada parcela das opções do plano expirará no 5º aniversário da respectiva Data de Vesting.

k) Forma de liquidação

O Preço de Exercício deverá ser pago pelo Participante à Companhia em dinheiro, em uma única parcela, até a data do registro das Ações em nome do Participante nos livros da instituição financeira escrituradora das ações de emissão da Companhia.

l) Restrições à transferência de ações

Nenhum Participante poderá alienar as Ações adquiridas por meio do exercício das opções pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data de exercício da respectiva opção.

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

A totalidade das opções outorgadas a cada Participante tornar-se-á automaticamente exercível, dentre outras hipóteses, nos seguintes casos: (i) os atuais acionistas controladores deixarem de deter em conjunto pelo menos 30% do total das ações da Companhia a qualquer momento; (ii) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações da Companhia (que não no âmbito de reorganização societária interna); (iii) operação societária ou comercial envolvendo substancialmente todos ativos da Companhia.

n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

O exercício das opções está sujeito ao preenchimento de determinados requisitos pelo Participante na respectiva data do exercício da opção, o que inclui a exigência de que o Participante continue vinculado à Companhia em cada tal data. Em caso de término voluntário do vínculo do Participante com a Companhia, ou de término sem justa causa por parte da Companhia, tal beneficiário poderá exercer apenas a parte das opções exercíveis, no prazo de 30 dias de tal término, sendo que as opções não exercíveis ou não exercidas estarão novamente disponíveis para outorga no âmbito do Plano. Em caso de término do vínculo com a Companhia por parte da Companhia, por justa causa, tal beneficiário não terá direito de exercer quaisquer das opções que recebeu. Neste caso, todas as opções não exercidas estarão novamente disponíveis para outorga no âmbito do Plano.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, em 31 de dezembro de 2011

Órgão	Ações Ordinárias	Opções de Ações
Conselho de Administração	26.475.220	1.887.307
Diretoria	331.481 ¹	420.929

¹ As ações e opções de ações dos membros da diretoria que também fazem parte do conselho de administração estão contabilizadas no conselho de administração.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.6

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2012)

O plano de opção de compra de ações da Companhia não tem natureza remuneratória.

Não estão previstas outorgas de opções a membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia para o exercício social corrente.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária			
Número de membros	6				
Data de outorga	N/A	10/3/2009	10/3/2009	30/11/2009	8/8/2011
Quantidade de opções outorgadas	0	3.839.761	21.125	194.833	200.000
Prazo para que opções se tornem exercíveis	N/A	20% em 16/02/2009, 20% em 01/07/2009; 20% em 01/07/2010; 20% em 01/07/2011 e 20% em 01/07/2012	20% em 01/07/2009 e 20% em cada um dos quatro aniversários subsequentes	20% em cada um dos aniversários subsequentes a 01/07/09	20% em cada um dos quatro aniversários subsequentes
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	N/A				
Em aberto no início do exercício social	N/A	R\$2,68	R\$2,68	R\$3,06	N/A
Perdas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Exercidas durante o exercício social	N/A	R\$2,53	R\$2,53	R\$2,53	R\$ 11,23
Expiradas	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

durante o exercício social					
Valor justo das opções na data de outorga	N/A	R\$0,05	R\$0,05	R\$2,31	R\$8,07
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas ²	N/A	1,59%	0,04%	0,21%	0,41%

¹ Não foram outorgadas opções aos membros do Conselho de Administração exclusivamente na qualidade de conselheiros.

² Considerando a quantidade total de ações de emissão da Companhia assumindo o exercício integral das opções objeto do Plano de Opção de Compra de Ações.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

2011

	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária		
Número de membros	6			
Data de outorga	N/A	10/3/2009	10/3/2009	30/11/2009
Quantidade de opções outorgadas	0	3.839.761	21.125	194.833
Prazo para que opções se tornem exercíveis	N/A	20% em 16/02/2009, 20% em 01/07/2009; 20% em 01/07/2010; 20% em 01/07/2011 e 20% em 01/07/2012	20% em 01/07/2009 e 20% em cada um dos quatro aniversários subsequentes	20% em cada um dos aniversários subsequentes a 01/07/09
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	5 anos	5 anos	5 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano	1 ano	1 ano
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	N/A			
Em aberto no início do exercício social	N/A	R\$2,68	R\$2,68	R\$3,06
Perdas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Exercidas durante o	N/A	R\$2,68	R\$2,68	R\$3,06

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

exercício social				
Expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	N/A	R\$0,05	R\$0,05	R\$2,31
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas ²	N/A	7,40%	0,08%	0,82%

¹ Não foram outorgadas opções aos membros do Conselho de Administração exclusivamente na qualidade de conselheiros

² Considerando a quantidade total de ações de emissão da Companhia assumindo o exercício integral das opções objeto do Plano de Opção de Compra de Ações.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

2010

	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária		
Número de membros	6	2	2	2
Data de Outorga	N/A	10/03/2009	10/03/2009	30/11/2009
Quantidade de opções outorgadas	0	3.839.761	46.083	169.875
Prazo para que opções se tornem exercíveis	N/A	20% em 16/02/2009, 20% em 01/07/2009; 20% em 01/07/2010; 20% em 01/07/2011 e 20% em 01/07/2012	20% em 01/07/2009 e 20% em cada um dos quatro aniversários subsequentes	20% em cada um dos aniversários subsequentes a 01/07/09
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	5 anos	5 anos	5 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano	1 ano	1 ano
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:				
Em aberto no início do exercício social	N/A	R\$2,68	R\$2,68	R\$3,06
Perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Exercidas durante o exercício	N/A	R\$2,68	N/A	N/A

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

social				
Expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	N/A	R\$0,05	R\$0,05	R\$2,31
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas ²	N/A	6,99%	0,08%	0,31%

¹ Não foram outorgadas opções aos membros do Conselho de Administração exclusivamente na qualidade de conselheiros.

² Considerando a quantidade total de ações de emissão da Companhia assumindo o exercício integral das opções objeto do Plano de Opção de Compra de Ações.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

2009

	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária		
Número de membros	6	2	2	2
Data de outorga	N/A	10/03/2009	10/03/2009	30/11/2009
Quantidade de opções outorgadas	0	3.839.761	46.083	169.875
Prazo para que opções se tornem exercíveis	N/A	20% em 16/02/2009, 20% em 01/07/2009; 20% em 01/07/2010; 20% em 01/07/2011 e 20% em 01/07/2012	20% em 01/07/2009 e 20% em cada um dos quatro aniversários subsequentes	20% em cada um dos aniversários subsequentes a 01/07/09
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	5 anos	5 anos	5 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano	1 ano	1 ano
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	N/A			
Em aberto no início do exercício social	N/A	R\$2,68	R\$2,68	R\$3,06
Perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Expiradas	N/A	N/A	N/A	N/A

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

durante o exercício social				
Valor justo das opções na data de outorga	N/A	R\$0,05	R\$0,05	R\$2,31
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas ²	N/A	6,99%	0,08%	0,31%

¹ Não foram outorgadas opções aos membros do Conselho de Administração exclusivamente na qualidade de conselheiros.

² Considerando a quantidade total de ações de emissão da Companhia assumindo o exercício integral das opções objeto do Plano de Opção de Compra de Ações.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.7

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2011

	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária
Número de membros	7	3
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	0	1.088.310
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	846.918 em 01/07/2012; 87.417 em 01/07/2013; 73.975 em 01/07/2014, 40.000 em 01/07/2015, 40.000 em 01/07/2016
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	5 anos
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	1 ano
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$4,16
Valor justo das opções no último dia do exercício	N/A	R\$10,77
Opções exercíveis		
Quantidade	0	0
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	5 anos
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	1 ano
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$2,78
Valor justo das opções no último dia do exercício	N/A	R\$10,77

¹ Não foram outorgadas opções aos membros do Conselho de Administração exclusivamente na qualidade de conselheiros. Quando considerados indivíduos que exercem outras funções na Companhia e exercem também o cargo de conselheiro, a quantidade de opções detida por tais indivíduos em 31 de dezembro de 2011 era de 1.362.664. Os termos e condições de tais opções são idênticos aos indicados no item 13.6 deste Formulário.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.8

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2011

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	7	3
Opções exercidas	N/A	3.167.409
Número de ações	N/A	3.167.409
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 2,78
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$ 13,45
Ações entregues		
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2010

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	6	2
Opções exercidas	N/A	Não houve exercício de opções durante o exercício
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Ações entregues		
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Modelo de Precificação

A avaliação do Plano apresentada neste Formulário foi elaborada utilizando o modelo árvore binomial.

a) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Outorga de 10 de março de 2009:

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 70%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 1,29; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$5,60 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 13%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

Outorga de 30 de novembro de 2009:

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 34%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 6,87; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$5,40 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 8,75%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

Outorga de 19 de fevereiro de 2010:

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 28%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 7,84; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$5,23 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 8,63%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

Outorga de 19 de agosto de 2010:

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 22,60%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 11,45; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$8,59 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 10,75%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

Outorga de 8 de agosto de 2011:

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 20,00%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 15,20; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$11,40 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 11,90%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

Outorga de 9 de agosto de 2012:

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 24%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 12,65; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$9,49 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 10,15%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

b) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado

A Companhia não adota método para incorporar efeitos esperados do exercício antecipado das opções.

c) Forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade esperada aplicada no modelo de precificação é equivalente à volatilidade do Índice Bovespa.

d) Outras características da opção incorporadas na mensuração de seu valor justo

Além dos elementos descritos acima, nenhuma outra característica foi incorporada na mensuração do valor justo das opções.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10

A Companhia não oferece planos de previdência aos membros do Conselho de Administração ou aos diretores estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Nº de membros	3,00	2,00	7,00	6,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	8.105.879,00	1.653.736,00	150.520,00	144.000,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	744.292,00	1.563.152,00	138.520,00	144.000,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	5.586.184,00	1.608.444,00	144.520,00	144.000,00	0,00	0,00

Observação**Diretoria Estatutária****Conselho de Administração****31/12/2010**

Apenas os membros independentes do Conselho de Administração fazem jus a remuneração como conselheiros.

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12

Não aplicável.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**13.13**

Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Órgão	2009	2010	2011
Conselho de Administração	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária	100%	100%	96%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestadas

<u>Órgão</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Conselho de Administração	R\$ 23.151.586,00	R\$9.358.285,00	R\$2.175.906,00
Diretoria Estatutária	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15

Não aplicável.

13.16 - Outras informações relevantes

Não aplicável.

14.1 - Descrição dos recursos humanos**a) Número de empregados****2011**

Localização geográfica	Atividade desempenhada	Quantidade de funcionários	Total de funcionários
São Paulo, SP	Análise de Investimentos	13	37
	Desenvolvimento de Negócios	4	
	Jurídico	3	
	Controle Contábil/ Administrativo/Financeiro	8	
	Controle Operacional (back office)	6	
	Diversas (estágio)	3	

2010

Localização geográfica	Atividade desempenhada	Quantidade de funcionários	Total de funcionários
São Paulo, SP	Análise de Investimentos	13	34
	Desenvolvimento de Negócios	3	
	Jurídico	3	
	Controle Contábil/ Administrativo/Financeiro	8	
	Controle Operacional (back office)	4	
	Diversas (estágio)	3	

2009

Localização geográfica	Atividade desempenhada	Quantidade de funcionários	Total de funcionários
São Paulo, SP	Análise de Investimentos	11	30
	Desenvolvimento de Negócios	3	
	Jurídico	3	
	Controle Contábil/ Administrativo/Financeiro	6	
	Controle Operacional (<i>back office</i>)	1	
	Diversas (estágio)	6	

14.1 - Descrição dos recursos humanos**b) Número de terceirizados****2011**

Localização geográfica	Atividade desempenhada	Quantidade de funcionários	Total de funcionários
São Paulo, SP	Limpeza	2	3
	Suporte TI	1	

2010

Localização geográfica	Atividade desempenhada	Quantidade de funcionários	Total de funcionários
São Paulo, SP	Limpeza	2	3
	Suporte TI	1	

2009

Localização geográfica	Atividade desempenhada	Quantidade de funcionários	Total de funcionários
São Paulo, SP	Limpeza	2	3
	Suporte TI	1	

14.1 - Descrição dos recursos humanos**c) Índice de rotatividade**

Ano	Índice de rotatividade
2011	19,0%
2010	9,3%
2009	15,6%

d) Exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas

Ano	Passivos e contingencias trabalhistas
2011	-
2010	-
2009	-

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não houve alterações relevantes com relação aos números divulgados no item 14.1.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a) Política de salários e remuneração variável

A Companhia remunera seus funcionários por meio de salário mensal, benefícios e remuneração variável semestral.

Política de salário:

O salário dos empregados é determinado segundo critérios de cargo, senioridade e nível de profissionalização.

Política de remuneração variável:

A Companhia possui um Programa de Participação nos Lucros e Resultados, segundo o qual os empregados podem receber, semestralmente, participação nos lucros. Ocasionalmente, a Companhia pode atribuir gratificações a seus funcionários.

b) Política de benefícios

A Companhia está sujeita aos termos das Convenções Coletivas de Trabalho celebradas com o Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Companhias de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Companhias de Serviços Contábeis.

Além do salário mensal, benefícios e remuneração variável, a Companhia concede aos seus funcionários os seguintes benefícios: vale refeição, vale transporte (ou estacionamento, conforme o caso) e seguro de vida.

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores

(i) Grupos de beneficiários

O plano de opções não tem caráter remuneratório, apenas de alinhamento de longo prazo. Os beneficiários do plano de opções de compra de ações da Companhia são os administradores (com exceção dos conselheiros independentes), vice-presidentes e empregados (incluindo aqueles vinculados a investidas dos Fundos), de acordo com a alocação que venha a ser determinada pelo conselho de administração.

(ii) Condições para exercício

O exercício das opções objeto do plano estará sujeito ao preenchimento de determinados requisitos por parte do beneficiário da opção na respectiva data do exercício da opção, o que inclui a exigência de que o beneficiário continue a atuar como administrador, vice-presidente ou funcionário da Companhia ou de suas subsidiárias em cada tal data.

Em caso de término voluntário do vínculo do beneficiário com a Companhia (ou com suas subsidiárias), ou de término sem justa causa por parte da Companhia (ou de suas subsidiárias), tal beneficiário poderá exercer apenas aquela parte das opções exercíveis de que for titular, no prazo de 30 dias de tal término, sendo que as opções não exercidas ou não exercíveis estarão novamente disponíveis para outorga no âmbito do plano de opções de compra de ações.

Em caso de término do vínculo com a Companhia (ou suas subsidiárias) por parte da Companhia, por justa causa, tal beneficiário não terá direito de exercer quaisquer das opções que recebeu. Neste caso, todas as opções não exercidas ou não exercíveis estarão novamente disponíveis para outorga no âmbito do plano de opções de compra de ações.

(iii) Preços de exercício

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

O Preço de Exercício para os participantes que aderirem ao Plano anteriormente à assembléia geral ordinária e extraordinária da Companhia que aprovar as contas do exercício social de 2009 será de R\$5,60 (cinco reais e sessenta centavos) por ação, observado o disposto no item 5.4 do Plano.

O Preço de Exercício para os Participantes que aderirem ao Plano posteriormente à assembléia geral ordinária e extraordinária da Companhia que aprovar as contas do exercício social de 2009 será o maior valor entre: (i) R\$5,60 (cinco reais e sessenta centavos) por ação, ajustado nos termos do item 5.4 desde a data de aprovação inicial do Plano até a outorga da respectiva Opção; e (ii) 75% da cotação de mercado das Ações na BM&FBOVESPA, no fechamento do pregão anterior à data de outorga da respectiva Opção. Tal Preço de Exercício estará sujeito a ajustes subseqüentes, nos termos do item 5.4. do Plano.

(iv) Prazos de exercício

As opções objeto do plano passaram(ão) a ser exercíveis nas proporções e em cada uma das datas abaixo relacionadas ("Datas de Vesting"):

- a. A primeira parcela das opções outorgadas em 10 de março de 2009, equivalente a 50,2% do total de ações objeto do plano, tornou-se exercível na proporção de 20% em 10 de março de 2009, 20% em 1º de julho de 2009 e 20% em cada um dos 3 aniversários subseqüentes à 1º de julho de 2009;
- b. A segunda parcela das opções outorgadas em 10 de março de 2009, equivalente a 5,6% do total de ações objeto do plano, tornou-se exercível na proporção de 20% em 1º de julho de 2009 e 20% em cada um dos 4 aniversários subseqüentes à 1º de julho de 2009; e
- c. As opções outorgadas a partir de 1º de julho de 2009 tornar-se-ão exercíveis na proporção de 20% em cada dia 1º de julho dos 5 exercícios sociais subseqüentes à respectiva data de outorga.

Não obstante o disposto acima, no evento dos atuais acionistas controladores deixarem de deter em conjunto pelo menos 30% do total das ações a qualquer momento, dentre outras hipóteses, todas as opções outorgadas sob o plano tornar-se-ão imediatamente exercíveis.

Cada parcela das opções do plano expirará no quinto aniversário da respectiva Data de Vesting (inclusive opções exercíveis a partir da Data da Primeira Outorga).

(v) Quantidade de ações comprometidas pelo plano

Nos termos do Plano, podem ser emitidas Ações que concederão a seus titulares o direito de adquirir ações representando até 25% das ações de emissão da Companhia, em bases totalmente diluídas.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Os empregados da Companhia são representados por um sindicato no Estado de São Paulo, denominado Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Companhias de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Companhias de Serviços Contábeis. A Companhia entende que tem um bom relacionamento com o sindicato.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
José Carlos Reis de Magalhães Neto						
286.951.128-02	Brasileiro-SP	Sim	Não			
	2.687.890	5,790000%	0	0,000000%	2.687.890	5,790000%
Eduardo Silveira Mufarej						
263.395.488-06	Brasileiro-SP	Sim	Não			
	1.423.637	3,070000%	0	0,000000%	1.423.637	3,070000%
Silver King Participações Ltda.						
10.628.571/0001-29	Brasileira-SP	Sim	Sim	26/11/2012		
	21.982.008	47,370000%	0	0,000000%	21.982.008	47,370000%
Marcelo Guimarães Lopo Lima						
132.483.688-10	Brasileiro-SP	Sim	Não			
	407.938	0,880000%	0	0,000000%	407.938	0,880000%
SPX Equities Gestão de Recursos LTDA						
14.595.392/0001-93		Não	Não	04/10/2012		
	3.776.800	8,140000%	0	0,000000%	3.776.800	8,140000%
Pedro de Andrade Faria						
271.782.078-76	Brasileiro-SP	Sim	Não			
	1.411.637	3,040000%	0	0,000000%	1.411.637	3,040000%
OUTROS						
	14.712.422	31,710000%	0	0,000000%	14.712.422	31,710000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 28/01/2013						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	46.402.332	100,000000%	0	0,000000%	46.402.332	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Silver King Participações Ltda.				10.628.571/0001-29	
Antonio Augusto Torres de Bastos Filho					
306.073.288-43	Brasileiro-SP	Sim	Sim	22/02/2013	
176.804	0,792000	0	0,000000	176.804	0,792000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Eduardo Silveira Mufarej					
263.395.488-06	Brasileiro-SP	Sim	Sim	08/08/2011	
4.746.513	21,256000	0	0,000000	4.746.513	21,256000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Fernando Shayer					
066.182.178-14	Brasileiro-SP	Sim	Sim	08/08/2011	
1.958.332	8,770000	0	0,000000	1.958.332	8,770000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
José Alexandre Carneiro Borges					
008.585.487-55	Brasileiro-RJ	Sim	Sim	22/02/2013	
274.756	1,230000	0	0,000000	274.756	1,230000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Silver King Participações Ltda.				10.628.571/0001-29		
José Carlos Reis de Magalhães Neto						
286.951.128-02	Brasileiro-SP	Sim	Sim	08/08/2011		
8.470.221	37,932000	0	0,000000	8.470.221	37,932000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Marcelo Guimarães Lopo Lima						
132.483.688-10	Brasileiro-SP	Sim	Sim	08/08/2011		
529.407	2,371000	0	0,000000	529.407	2,371000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Miguel Gomes Ferreira						
283.617.668-71	Brasileiro-SP	Sim	Sim	22/02/2013		
198.747	0,890000	0	0,000000	198.747	0,890000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
Pedro de Andrade Faria						
271.782.078-76	Brasileiro-SP	Sim	Sim	08/08/2011		
5.696.962	25,512000	0	0,000000	5.696.962	25,512000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Silver King Participações Ltda.				10.628.571/0001-29	
Pedro de Andrade Faria					
271.782.078-76	Brasileiro-SP	Sim	Sim	08/08/2011	
5.696.962	25,512000	0	0,000000	5.696.962	25,512000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Philip Vicent Reade					
251.487.448-39	Brasileiro-RJ	Sim	Sim	22/02/2013	
144.297	0,646000	0	0,000000	144.297	0,646000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Rodrigo Reghini Vieira					
246.825.328-04	Brasileiro-SP	Sim	Sim	22/02/2013	
134.138	0,601000	0	0,000000	134.138	0,601000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL	22.330.177	100,000000	0	0,000000	22.330.177
					100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	04/03/2013
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	473
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	59
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	31

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	18.475.320	39,820000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	18.475.320	39,820000%

15.4 - Organograma dos acionistas

Item de apresentação facultativo.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

a) Partes

José Carlos Reis de Magalhães Neto, Pedro de Andrade Faria, Eduardo Silveira Mufarej, Fernando Shayer, Marcelo Guimarães Lopo Lima, José Alexandre Carneiro Borges, Miguel Gomes Ferreira, Antonio Augusto Torres de Bastos Filho, Philip Vincent Reade, e Rodrigo Reghini Vieira (“Sócios”), Silver King Participações Ltda (“SK”) e Tarpon Investimentos S.A. (“TISA”) como intervenientes anuentes.

b) Data de Celebração

10 de julho de 2009.

c) Prazo de vigência

Indeterminado.

d) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Os Sócios se comprometem a, anteriormente a quaisquer reuniões da SK, assembleias gerais da TISA ou reuniões do conselho de administração da TISA, fazer uma Reunião Prévia para determinar o voto que será proferido no respectivo conclave.

e) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

A SK, como controladora da TISA, indica os administradores conforme decisões de seus quotistas, os Sócios. Para que a indicação dos administradores aconteça, deve-se respeitar o procedimento previsto no item (d) deste formulário. Até o 10º aniversário deste Acordo, a destituição do Sr. José Carlos Reis de Magalhães Neto do cargo de CIO (Chief Investment Officer) só será permitida com a votação unânime dos outros Sócios neste sentido.

f) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Até o 5º aniversário deste Acordo, os Sócios ficam obrigados a não transferir qualquer quota da SK de sua titularidade, e a fazer com que a SK não transfira qualquer ação de emissão da TISA. No entanto, podem a qualquer tempo transferir quotas da SK a outro Sócio, desde que seja respeitado o direito de preferência dos demais Sócios. Após o período restrito de 5 anos, os sócios podem transferir quotas da SK a terceiros, respeitando o direito de preferência dos demais sócios e desde que o terceiro adira a este acordo e todos os direitos e obrigações de Sócio.

g) Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do Conselho de Administração.

O Acordo indica que os Sócios irão se reunir previamente a qualquer reunião do Conselho de Administração da TISA para alinhar a intenção e estratégia de voto no Conselho, vinculando seus participantes a essa decisão.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Durante os três últimos exercícios sociais, só ocorreu a alteração relevante nas participações dos membros do grupo de controle apresentado no item 8.3. deste Formulário de Referência.

15.7 - Outras informações relevantes

Não aplicável.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Nos termos do Estatuto Social, é de competência do Conselho de Administração a aprovação de qualquer contrato entre a Companhia e/ou suas subsidiárias e qualquer de seus acionistas, administradores, partes relacionadas e qualquer de suas respectivas afiliadas, em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), isolada ou conjuntamente, no período de 1 (um) ano.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Tarpon Special Opportunities Fund e TSOP Ltd.	04/03/2010	0,00	Não aplicável.	Não aplicável.	Encerrado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sob controle comum.						
Objeto contrato	Contrato firmado entre a Companhia e TSOP Ltd., managing member do TSOF Ltd., de acordo com o qual o TSOP Ltd. contratou a Companhia para prestar determinados serviços necessários para que TSOP Ltd. cumpra com suas obrigações nos termos dos atos constitutivos do TSOF Ltd.						
Garantia e seguros	Não há garantias ou seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Rescisão mediante consentimento mútuo das partes.						
Natureza e razão para a operação							
Fundos de investimento estrangeiros e TISA NY Inc.	31/03/2012	0,00	Não aplicável	Não aplicável	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	TISA NY Inc. é subsidiária integral da Companhia.						
Objeto contrato	Contratação da TISA NY Inc. pelos fundos estrangeiros para prestação de serviços de análise de oportunidades de investimento no exterior e relacionamento com investidores dos fundos estrangeiros. Pela prestação dos serviços, a TISA NY Inc. receberá atrelada à taxa de administração dos fundos estrangeiros.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Resilição mediante notificação prévia.						
Natureza e razão para a operação							
Fundos de investimentos e Tarpon Gestora de Recursos S.A.	31/08/2012	0,00	Não aplicável	Não aplicável	Indeterminada	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Tarpon Gestora de Recursos S.A. ("TGR") é subsidiária integral da Companhia						
Objeto contrato	Contratação da TGR como gestora dos fundos de investimentos locais e estrangeiros tendo como remuneração taxas de administração e de performance diferentes, de acordo com o perfil de cada fundo.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Resilição mediante notificação prévia						
Natureza e razão para a operação	Sem informações relevantes						
TIG Holding Ltd. e Tarpon All Equities Cayman, Ltd.	16/02/2009	0,00	Não aplicável	Não aplicável	Encerrada	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	TIG: sociedade de controle comum com a Companhia. TAE Cayman: TAE Cayman é uma subsidiária integral da TIG.						
Objeto contrato	De acordo com o Contrato de Prestação de Serviços TAEF, (i) a TAE Cayman, managing member do fundo de investimentos Tarpon TAEF Fund e general partner de diversos fundos do TAEF Fund, LLC, contrataram a Companhia para prestar determinados serviços necessários para que a TAE Cayman cumpra as suas obrigações nos termos dos atos constitutivos do fundo de investimentos TAEF Fund, e (ii) a TIG contratou a Companhia para prestar determinados serviços necessários para que a TIG cumpra suas obrigações nos termos dos atos constitutivos do TAEF Fund, quais sejam, principalmente, a análise, estruturação e negociação de potenciais investimentos pelo fundo, a alocação de recursos do fundo de acordo com sua política de investimento e o monitoramento do desempenho dos investimentos realizados pelo fundo.						
Garantia e seguros	Não há garantias ou seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Consentimento mútuo das Partes						
Natureza e razão para a operação							
TIG Holding Ltd. e Tarpon All Equities Cayman, Ltd.	12/02/2009	0,00	Não aplicável.	Não aplicável.	Encerrada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	TIG: sociedade de controle comum com a Companhia. TAE Cayman: TAE Cayman é uma subsidiária integral da TIG.						
Objeto contrato	De acordo com Contrato de Prestação de Serviços TF, a TAE Cayman, managing member do fundo de investimentos TF Fund, contratou a Companhia para prestar determinados serviços necessários para que a TAE Cayman cumpra as suas obrigações nos termos dos atos constitutivos do TF Fund, quais sejam, principalmente, a análise, estruturação e negociação de potenciais investimentos pelo fundo, a alocação de recursos do fundo de acordo com sua política de investimento e o monitoramento do desempenho dos investimentos realizados pelo fundo.						
Garantia e seguros	Não há garantias ou seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Consentimento mútuo das Partes.						
Natureza e razão para a operação							
Fundos de investimento estrangeiros e Tarpon All Equities (Cayman) Ltd. ("TAE Cayman")	31/03/2012	0,00	Não aplicável	Não aplicável	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	TAE Cayman é subsidiária integral da Companhia e general partner dos fundos de investimento estrangeiros.						
Objeto contrato	Contratação da Companhia pelos fundos estrangeiros para prestação de serviços de gestão de carteira, análise e estruturação de investimentos e monitoramento do desempenho dos investimentos realizados pelos fundos. Pela prestação dos serviços, a Companhia receberá remuneração atrelada à taxa de administração e taxa de performance dos fundos estrangeiros.						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Resilição mediante notificação prévia.						
Natureza e razão para a operação							
TIG Holding Ltd.	16/02/2009	0,00	Não aplicável	Não aplicável	10 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	TIG: sociedade de controle comum com a Companhia.						
Objeto contrato	De acordo com o Compromisso de Investimento, a TIG comprometeu-se com a Companhia a realizar todos os seus investimentos proprietários (exceto por investimentos em determinados investimentos, aplicações financeiras de curto prazo e Ações, dentre outros) através dos Fundos.						
Garantia e seguros	Não há garantias ou seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação							
Tarpon Special Opportunities Fund	04/03/2010	0,00	Não aplicável.	Não aplicável.	Encerrado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sob controle comum.						
Objeto contrato	Contrato por meio do qual a Companhia foi contratada para prestar serviços de gestão de investimentos para TSOFF.						
Garantia e seguros	Não há garantias ou seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	O contrato pode ser rescindido, por maioria absoluta, nos casos de (i) descumprimento da legislação de valores mobiliários aplicável; (ii) dolo ou fraude praticado pela Companhia em relação ao TSOFF; (iii) violação material das obrigações da Companhia perante o TSOFF, em todos os casos conforme decisão irreversível proferida contra a Companhia.						
Natureza e razão para a operação							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

Na aprovação de operações com partes relacionadas, deverão ser observados os preceitos da Lei das Sociedades por Ações. A Lei das Sociedades por Ações dispõe que qualquer acionista da Companhia não poderá votar nas deliberações da assembléia geral que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia apresenta comitês de acompanhamento contínuo das suas atividades. É o caso do Comitê de Auditoria e Compliance, que abarca os termos da Instrução CVM N° 509, de 16 de novembro de 2011, referente ao Comitê de Auditoria Estatutário, e o Comitê de Remuneração e Participação para avaliar e autorizar os planos de remuneração dos administradores e funcionários.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
29/04/2013	6.288.233,40		46.402.332	0	46.402.332
Tipo de capital	Capital Integralizado				
28/01/2013	6.272.342,62		46.387.332	0	46.387.332
Tipo de capital	Capital Integralizado				
31/07/2012	6.216.274,26		47.849.129	0	47.849.129
Tipo de capital	Capital Integralizado				
13/04/2012	6.616.274,26		46.022.582	0	46.022.582
Tipo de capital	Capital Integralizado				
15/08/2011	6.616.274,26		48.193.455	0	48.193.455
Tipo de capital	Capital Integralizado				
09/03/2011	5.419.495,13		45.759.895	0	45.759.895
Tipo de capital	Capital Integralizado				
22/03/2010	4.180.691,20		41.206.763	0	41.206.763
Tipo de capital	Capital Integralizado				
04/05/2009	4.004.259,00		44.754.348	0	44.754.348

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
16/02/2009	assembleia geral	16/02/2009	3.888.698,00	Subscrição particular	3.888.698	0	3.888.698	3.365,00000000	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações.								
Forma de integralização		Utilizado valor registrado na reserva de capital.								
10/03/2010	Conselho de Administração	10/03/2010	176.432,20	Subscrição particular	32.673	0	32.673	0,04396000	5,40	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Critérios fixados no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em assembleia geral realizada em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado.								
Forma de integralização		Dinheiro.								
07/01/2011	Conselho de Administração	07/01/2011	149.493,55	Subscrição particular	488.541	0	488.541	1,19000000	3,06	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Critérios fixados no Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em assembleia geral realizada em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado.								
Forma de integralização		Dinheiro								
07/01/2011	Conselho de Administração	07/01/2011	1.089.310,39	Subscrição particular	4.064.077	0	4.064.077	9,86000000	2,68	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Critérios fixados no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em assembleia geral realizada em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado.								
Forma de integralização		Dinheiro								
04/07/2011	Conselho de Administração	04/07/2011	346.770,64	Subscrição particular	1.376.074	0	1.376.074	3,01000000	2,52	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Critérios fixados no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em assembleia geral realizada em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado.								
Forma de integralização		Dinheiro								
04/07/2011	Conselho de Administração	04/07/2011	117.841,49	Subscrição particular	385.104	0	385.104	0,84000000	3,06	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Critérios fixados no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em assembleia geral realizada em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado.								
Forma de integralização		Dinheiro								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
04/07/2011	Conselho de Administração	04/07/2011	29.700,00	Subscrição particular	88.000	0	88.000	0,19000000	3,38	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Critérios fixados no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em assembleia geral realizada em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado.								
Forma de integralização		Dinheiro								
04/07/2011	Conselho de Administração	04/07/2011	71.882,89	Subscrição particular	91.561	0	91.561	0,20000000	7,85	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Critérios fixados no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em assembleia geral realizada em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado.								
Forma de integralização		Dinheiro								
15/08/2011	Conselho de Administração	15/08/2011	248.830,02	Subscrição particular	81.317	0	81.317	0,17000000	3,06	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
15/08/2011	Conselho de Administração	15/08/2011	1.010.673,72	Subscrição particular	401.061	0	401.061	0,84000000	2,52	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
15/08/2011	Conselho de Administração	15/08/2011	20.250,00	Subscrição particular	6.000	0	6.000	0,01000000	3,38	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
15/08/2011	Conselho de Administração	15/08/2011	26.083,39	Subscrição particular	4.445	0	4.445	0,01000000	5,87	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
31/07/2012	Conselho de Administração	31/07/2012	3.309.146,39	Subscrição particular	1.307.963	0	1.307.963	100,00000000	2,53	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
31/07/2012	Conselho de Administração	31/07/2012	223.100,28	Subscrição particular	66.006	0	66.006	100,00000000	3,38	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
31/07/2012	Conselho de Administração	31/07/2012	443.199,79	Subscrição particular	77.891	0	77.891	100,00000000	5,69	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
31/07/2012	Conselho de Administração	31/07/2012	1.146.542,22	Subscrição particular	374.687	0	374.687	100,00000000	3,06	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
28/01/2013	Conselho de Administração	28/01/2013	173.807,90	Subscrição particular	31.430	0	31.430	100,00000000	5,53	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
28/01/2013	Conselho de Administração	28/01/2013	387.100,00	Subscrição particular	35.000	0	35.000	100,00000000	11,06	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
29/04/2013	Conselho de Administração	29/04/2013	158.907,83	Subscrição particular	15.000	0	15.000	2,53347000	10,59	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia

Forma de integralização Dinheiro

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Desde a abertura do capital da Companhia, não foi realizado desdobramento, grupamento ou bonificação de ações.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até o momento, a Companhia não realizou redução de seu capital.

17.5 - Outras informações relevantes

Não aplicável

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	De acordo com o Estatuto Social e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações de emissão da Companhia direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção de suas participações no capital social.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	<p>No caso de liquidação da Companhia, os acionistas receberão os pagamentos relativos a reembolso do capital, na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento de todas as obrigações da Companhia.</p> <p>Os acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em assembléia geral poderão retirar-se da Companhia, mediante reembolso do valor de suas ações com base no seu valor patrimonial, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>No caso das ações da Companhia (i) terem liquidez, ou seja, integrarem o índice geral da BM&FBOVESPA ou o índice de qualquer outra bolsa, conforme definido pela CVM, e (ii) terem dispersão no mercado, de forma que os acionistas controladores, a sociedade controladora ou outras sociedades sob controle comum detenham menos de 50% das ações, os acionistas não terão direito de retirada.</p>
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Ações de titularidade da Silver King Participações Ltda. estão sujeitas a restrições à transferência, nos termos do Acordo de Sócio celebrado em 10 de julho de 2009.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social da Companhia nem as deliberações tomadas em assembléia geral podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não aplicável.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não aplicável.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não aplicável.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2011**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
30/03/2011	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	12.158.677	20,50	17,30	R\$ por Unidade
30/06/2011	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	43.322.767	18,98	17,05	R\$ por Unidade
30/09/2011	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.711.004	19,60	14,00	R\$ por Unidade
30/12/2011	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.380.242	17,99	14,20	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2010

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2010	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.958.495	8,99	7,33	R\$ por Unidade
30/06/2010	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.591.419	9,80	8,40	R\$ por Unidade
30/09/2010	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.108.591	11,96	9,30	R\$ por Unidade
31/12/2010	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.031.718	17,30	11,22	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2009

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
30/09/2009	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.854.121	6,44	4,25	R\$ por Unidade
30/06/2009	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.283.859	4,39	2,05	R\$ por Unidade
30/12/2009	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	20.270.283	8,00	6,28	R\$ por Unidade

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia só tem ações ordinárias emitidas.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações da Companhia são admitidas a negociação na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não há valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

A Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Até a presente data, não foi realizada nenhuma oferta pública de aquisição pela Companhia relativa a ações de emissão de terceiros.

18.10 - Outras informações relevantes

Não aplicável.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
28/01/2013	28/01/2013 à 28/01/2014	3.052.000,00	Ordinária		1.870.045	10,000000	0	0,00	R\$ por Unidade	0,000000
O montante de reserva disponível refere-se à posição em 31 de dezembro de 2012.										
13/04/2012	13/04/2012 à 28/01/2013	32.623.000,00	Ordinária		1.953.786	10,000000	1.528.227	12,71	R\$ por Unidade	78,220000
O montante de reservas disponível indicado refere-se a posição em 31 de dezembro de 2011										
17/11/2011	17/11/2011 à 16/11/2012	26.507.000,00	Ordinária		2.170.873	10,000000	2.170.873	13,54	R\$ por Unidade	100,000000
O montante de reserva de capital indicado refere-se a posição em 31 de dezembro de 2011										
26/05/2009	26/05/2009 à 26/05/2010	2.543.000,00	Ordinária		1.717.050	10,000000	0	0,00	R\$ por Unidade	0,000000
O montante de reserva de capital indicado refere-se a posição em 31 de dezembro de 2008.										

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**Exercício social 31/12/2011****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Ordinária				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial		0	0,00	0,00
Aquisição		0	0,00	0,00
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		0	0,00	0,00
Saldo final		0	0,00	0,00

Exercício social 31/12/2010**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Ordinária				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial		0	0,00	0,00
Aquisição		3.580.348	523.684,00	0,15
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		3.580.348	0,00	0,15
Saldo final		0	0,00	0,00

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não tinha valores mobiliários em tesouraria.

19.4 - Outras informações relevantes

Não aplicável.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	17/11/2011
Cargo e/ou função	Acionistas controladores, diretos ou indiretos, membros do Conselho de Administração, da diretoria e dos comitês estatutários e funcionários da Companhia.

Principais características

A Política de Negociação estabelece determinadas regras que deverão ser observadas em qualquer negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, pela Companhia e suas controladas e sociedades sob controle comum, pelos seus acionistas controladores, diretos ou indiretos, pelos membros do Conselho de Administração, da diretoria e dos comitês estatutários e pelos funcionários da Tarpon que aderirem à Política de Negociação ("Indivíduos Restritos").

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização É vedada a negociação com as Ações, pela Tarpon no período de 15 (quinze) dias anterior à divulgação das informações trimestrais (ITRs) e anuais (DFPs) da Companhia. É vedada a negociação com Valores Mobiliários, pelos Indivíduos Restritos, nas seguintes hipóteses: (i) nas datas em que a Tarpon adquirir Valores Mobiliários, com base em qualquer programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, é vedado aos Indivíduos Restritos alienar valores Mobiliários; e (ii) nas datas em que a Companhia alienar Valores Mobiliários, é vedado aos Indivíduos Restritos adquirir Valores Mobiliários. A Companhia deverá informar previamente os Indivíduos Restritos acerca de tais datas. É vedada, ainda, a negociação com Ações pelos funcionários da Tarpon, não incluídos os Vice-Presidentes, salvo (a) no âmbito de qualquer programa de opções de compra de ações da Companhia ou (b) por meio do clube de investimento para aplicação por administradores, funcionários e parentes de administradores da Companhia, nos termos de seu regulamento.

É vedada a negociação com ações de emissão da Companhia pela Tarpon e pelos Indivíduos Restritos, salvo se forem realizadas por meio das seguintes sociedades corretoras: (i) Agora CTVM S.A., com sede na Praia de Botafogo 300, 6º andar, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ; (ii) CS Hedging-Griffo CV S.A., com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1830, Torre IV, 7º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP; (iii) Itaú CV S/A, Rua Álvares Penteado, 218, São Paulo, SP; (iv) Merrill Lynch S.A. CTVM, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400, 16º andar, São Paulo, SP; e (v) XP Investimentos CCTVM S.A, com sede na Av. das Américas, 3434, bloco 07, 2º andar, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro-RJ, CEP 22640-102. Esta vedação não se aplica aos conselheiros independentes da Companhia.

20.2 - Outras informações relevantes

Não aplicável.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Companhia possui, conforme a Instrução CVM 358, uma Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes, que consiste na divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca destas informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Prevedemos uma única hipótese de exceção à imediata divulgação de informação relevante. Referida informação só poderá deixar de ser divulgada se sua revelação puder colocar em risco nosso interesse legítimo. Nesse caso, cabe ao Diretor de Relações com Investidores acompanhar a cotação, preço e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia e, caso constate oscilação atípica, deverá divulgar imediatamente o ato ou fato relevante.

Todas as pessoas vinculadas (nossos acionistas controladores, diretores, membros do Conselho de Administração, do conselho fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e funcionários que tenham acesso freqüente a informações relevantes e outros que consideremos necessário ou conveniente) deverão assinar um Termo de Adesão à Política de Divulgação de Informações Relevantes, e guardar sigilo sobre as informações ainda não divulgadas, sob pena de nos indenizar e as demais pessoas vinculadas dos prejuízos que venham a ocorrer.

Cumpra às pessoas vinculadas o dever de comunicar formalmente o Diretor de Relações com Investidores sobre qualquer ato ou fato que possa ser considerado relevante, para que este possa decidir sobre sua caracterização. Cumpra, ainda, à referidas pessoas vinculadas o dever de guardar sigilo das informações relevantes a que tenham acesso privilegiado, até a sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e às Bolsas de Valores, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos nossos negócios que seja considerado informação relevante, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante nas bolsas de valores e ao público em geral, por meio de anúncio publicado nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, podendo ser feita de forma resumida, desde que indique o endereço da internet em que a informação estará disponível, em teor idêntico àquele remetido à CVM e às bolsas de valores.

21.4 - Outras informações relevantes

Não aplicável.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal dos negócios.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não aplicável.

22.4 - Outras informações relevantes

Não aplicável.